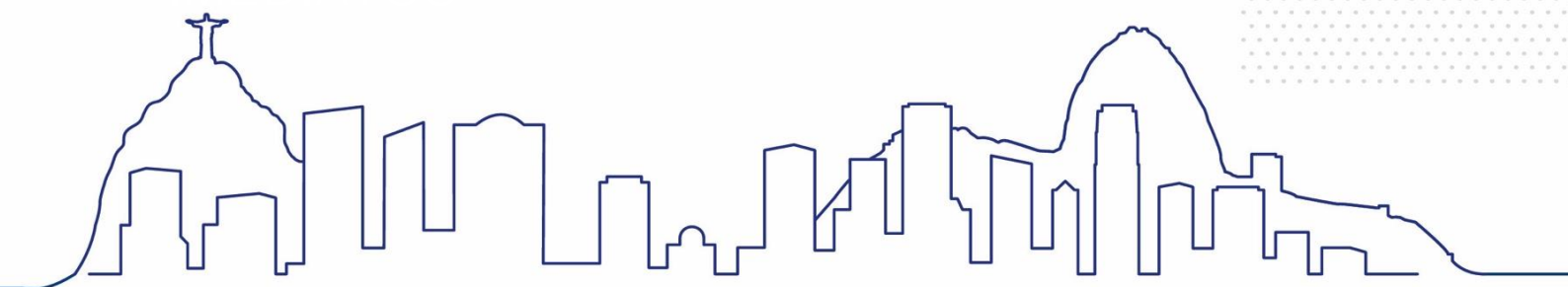


Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022



SUMÁRIO

1. Perfil Institucional	4
1.1 Breve histórico e desenvolvimento da Escola de Direito	4
1.2 Áreas de Atuação	6
2 . Inserção Regional da FGV Direito Rio	8
3. Políticas Institucionais.....	10
3.1 Princípios Institucionais da Mantenedora	10
3.2 Princípios filosóficos e missão da FGV Direito Rio	11
3.3 Diretrizes Estratégicas	14
3.4 Objetivos e Metas	16
3.5 Recursos Financeiros e Capacidade de Sustentabilidade Financeira	18
3.6 Políticas de Planejamento e Avaliação	19
3.7 Políticas para a Responsabilidade Social	20
3.7.1 Diversidade/inclusão social	21
3.7.2 Meio ambiente	22
3.7.3 Apoio a Memória e Patrimônio Cultural	23
3.7.4 Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial	24
3.7.5 Desenvolvimento Econômico e Social.....	24
3.8 Políticas de Internacionalização.....	26
4. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	29
4.1 Políticas de Ensino	29
4.1.1 Princípios	29
4.1.2 Diretrizes	29
4.1.3 Metodologia de Ensino.....	29
4.1.4 Materiais Pedagógicos.....	30
4.1.5 Incorporação de Avanços Tecnológicos	32
4.1.6 Monitoria e Nivelamento	33
4.2 Políticas para a Pesquisa	34
4.3 Políticas para a Extensão	36
5. Organização Administrativa e Políticas de Gestão.....	39
5.1 Autonomia da Faculdade em relação à Mantenedora.....	39
5.2 Estrutura Organizacional (com organograma)	40
5.3 Órgãos Colegiados.....	41
5.4 Interação com as outras unidades/setores da mantenedora.....	44
5.5 Interações com a Comunidade, Instituições e Empresas	45
5.5.1. As ações de transparência e divulgação de informações da instituição	46
5.5.2 Canais de Comunicação: Público Interno e Externo.....	46
6. Gestão de Pessoal	49
6.1 Corpo Docente	49
6.2 Corpo Técnico-Administrativo	51
6.3 Tutores e Professores Autores – FGV Online	53



7. Organização Didático-Pedagógica: Oferta de Cursos e Programas	54
7.1 Ensino de Graduação.....	54
7.2 Ensino de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	56
7.2.1. Presencial	56
7.2.2 Ensino à distância (EaD)	57
7.3 Ensino de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	58
8. Políticas de Atendimento aos Discentes	60
8.1 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro	61
8.2 Organização Estudantil	62
8.3 Acompanhamento dos Egressos	62
8.4 Portadores de Deficiências	64
9. Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas	66
9.1 Recursos Tecnológicos e Audiovisual	66
9.2 Plano de Acessibilidade	68
9.3 Infraestrutura para o período de vigência do PDI	69
9.3.1 Instalações administrativas	69
9.3.2 Salas de aula	70
9.3.3 Auditórios	71
9.3.4 Sala de professores.....	71
9.3.5 Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral –TI.....	71
9.3.6 Espaços para atendimento aos discentes	72
9.3.7 Espaços de convivência e de alimentação.....	72
9.3.8 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física e serviços	73
9.3.9 Infraestrutura física e tecnológica para CPA	74
9.3.10 Biblioteca: infraestrutura física	74
9.3.11 Biblioteca: serviços e informatização	75
9.3.12 Biblioteca: plano de atualização de acervo	78
9.3.13 Salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.....	79
9.3.14 Instalações sanitárias	79



1. Perfil Institucional

Fundada em 20 de dezembro de 1944, a Fundação Getulio Vargas – FGV iniciou suas atividades tendo como objetivo inicial formar profissionais de elevada qualidade para a gestão pública e privada do país, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico nacional. Assim, sempre com o propósito de ser uma instituição com perfil inovador, com o olhar para o futuro, pesquisa, produção acadêmica, consultorias, desenvolvimento de indicadores econômicos e relatórios da economia brasileira, a FGV tornou-se referência de qualidade, confiança e inovação, não somente em nível nacional, mas também internacional.

Desta forma, após o início de suas atividades, a FGV ampliou sua atuação passando a dirigir seu foco para área mais ampla, a das ciências sociais e econômicas, rompendo os limites fronteiriços do ensino, avançando pela pesquisa, até converter-se no centro de referência e qualidade que é hoje.

Nesse contexto, nas décadas de 1950 e 1960 foram criados os primeiros institutos e centros de pesquisa jurídica da FGV, como o Instituto de Direito Público e Ciência Política – INDIPO e o Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito – CEDEP, que tiveram papel fundamental na modernização da pesquisa e do ensino jurídico do Brasil à época.

Finalmente, com o intuito de dar continuidade a essa tarefa de modernização do ensino e pesquisa no setor jurídico, foi criada a Escola de Direito do Rio de Janeiro – FGV Direito Rio, no ano de 2002, com a proposta de oferecer ao país um modelo de ensino jurídico diferenciado, de forma a produzir líderes capazes de pensar o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

1.1 Breve histórico e desenvolvimento da Escola de Direito

Sinônimo de pioneirismo no Brasil, a FGV foi a primeira instituição no país a oferecer cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em Administração pública e privada, assim como pós-graduação em economia, psicologia, ciências contábeis e educação.

Com o mesmo princípio de pioneirismo, a FGV Direito Rio, mantida pela Fundação Getulio Vargas, foi criada em 2002, com uma proposta de inovar no ensino jurídico, na pesquisa, na didática e no currículo do curso de graduação em Direito.

No ano seguinte a sua criação, a FGV Direito Rio obteve seu credenciamento perante o MEC, por meio da Portaria MEC Nº 2095, de 05 de agosto de 2003, com a criação do curso de graduação em Direito, com 100 vagas anuais. Na sequência, em 2005 o curso iniciou efetivamente suas atividades na graduação com duas entradas anuais de 50 alunos a cada semestre.



O curso de graduação da FGV Direito Rio obteve seu reconhecimento em 2008, quando recebeu comissão de avaliadores do MEC para o procedimento de visita *in loco*. Nesta avaliação, o curso da FGV Direito Rio foi reconhecido com conceito máximo (nota 5), conforme Registro e-MEC nº 20075314 e Portaria 562, de 17 de abril de 2009, formando sua primeira turma em dezembro de 2009.

Em **2010**, a FGV Direito Rio recebeu a visita *in loco* dos avaliadores do MEC para credenciamento da IES, tendo sido avaliada com conceito máximo, (Registro e-MEC 20076958, Portaria 351, de 5/04/2012).

No ano de **2012**, a FGV Direito Rio reduziu de 2 (duas) para 1 (uma) a entrada anual de 60 alunos pelo vestibular. Tal iniciativa justificou-se pela intenção de aprimorar o seu modelo de ensino e potencializar a excelência no Ensino do Direito.

Em **2013**, o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* teve a sua Avaliação de Proposta de Cursos Novos - APCN do Mestrado Acadêmico em Direito da Regulação aprovada e recomendada com conceito 3 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), iniciando sua primeira turma em 2014. A Portaria Nº 942 foi publicada no DOU em 16 de setembro de 2015.

Em **2015**, o curso de graduação da FGV Direito Rio recebeu a visita *in loco* de avaliadores do MEC para a renovação do reconhecimento do curso, tendo recebido nota 5 em 51 dos 53 indicadores avaliados. A renovação do reconhecimento do curso foi regulada pela Portaria 419 de 8 de maio de 2017.

No ano de **2017**, a FGV Direito Rio recebeu uma comissão do MEC para a avaliação da 2ª renovação de credenciamento da IES, atestada pela Portaria 974, de 19 de setembro de 2018.

Em **2018**, por meio do Ofício 395/18-CECOL/GAB/PR/CAPES, o Mestrado Acadêmico em Direito da Regulação obteve o conceito 4 na Avaliação Quadrienal 2017, referente aos anos 2013-2016.

		Atos Autorizativos			
	Código	Credenciamento / Autorização	Data	Recredenciamento/ Reconhecimento	Data
FGV DIREITO RIO	2126	Portaria 2095	05/08/2003	Portaria 974	19/09/2018
Graduação	65859	Portaria 2095	05/08/2003	Portaria 419	08/05/2017
Mestrado	31011012015P7	Ofício 18	04/03/2013	Portaria 942	16/09/2015
Lato Sensu - EaD	NSA	Portaria 922	20/07/2010	Portaria 918	15/08/2017

Fonte: dados de consulta pública e-MEC/CAPES



Os índices externos atestam a excelência do curso de graduação da FGV Direito Rio: média de 97% de aprovação dos egressos no Exame da OAB, cinco estrelas no Guia do Estudante, pareceres favoráveis das comissões de ensino da OAB (Seccional Rio e Conselho Federal), obtenção por três vezes consecutivas do selo OAB Recomenda, além das quatro avaliações *in loco* feitas pelo MEC nos anos de **2008, 2010, 2015 e 2017**, alcançando conceito máximo em todas elas.

Desde a sua criação, o principal propósito da FGV Direito Rio era – e permanece sendo – contribuir para a formação de lideranças para pensar o Brasil a longo prazo. Decorridos 16 anos desde sua fundação, a FGV Direito Rio já pode ser considerada referência no país e no exterior em relação a conteúdo, metodologia de ensino, de pesquisa e inovação na área do Direito, confirmando sua essência histórica de estar na vanguarda em sua área de atuação. Esse processo é compreendido como instrumento fundamental para o estabelecimento de diretrizes avaliativas e de planejamento e, dessa forma, é apropriado por gestores, docentes, colaboradores e discentes.

1.2 Áreas de Atuação

A FGV Direito Rio oferece, especificamente, na área das Ciências Sociais Aplicadas, o curso de graduação, de pós-graduação nos níveis *lato* e *stricto sensu*, e cursos de curta e média duração em Direito.

A FGV Direito Rio desenvolve seu papel institucional em três áreas: (a) no ensino, por meio da oferta de cursos de Direito nos níveis de graduação, pós-graduação e educação continuada, (b) na pesquisa, por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa com a participação de discentes da graduação e da pós-graduação, docentes dos seus centros de pesquisa e de outras instituições parceiras, no Brasil e no exterior e (c) na extensão, por meio de ações de relacionamento e impacto com e para a sociedade.

O curso de graduação em Direito da FGV Direito Rio foi concebido de forma a promover a formação de profissionais com perfil inovador, forjado num modelo diferenciado de ensino que extrapola o interior da Faculdade, refletindo sobre a realidade do país a responsabilidade profissional e acadêmica em (i) indagar e avaliar fenômenos sociais de maneira complexa, (ii) identificar as demandas sociais na proposição de projetos de campo, (iii) resolver conflitos de modos alternativos, (iv) elaborar políticas públicas locais, regionais, nacionais e internacionais com vieses interdisciplinares e contextualizados e (v) eliminar a distância entre o ensino do Direito e a realidade social, assim como o isolamento do conhecimento jurídico em campos disciplinares distintos.

No nível *stricto sensu*, a FGV Direito Rio oferece o curso de mestrado acadêmico em Direito da Regulação, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Regulação (PPGD), que tem por principal objetivo contribuir para o aprimoramento da pesquisa nacional no campo regulatório, visando a



ser uma referência no Brasil e no exterior na área. Credenciado pela CAPES em março de 2013, foi o primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* do país nesta área de concentração e obteve, em seu primeiro ciclo avaliativo, a nota 4 na avaliação da instituição, o que evidencia mais uma vez vocação da FGV para a inovação e pioneirismo na educação.

Os programas de Pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e à distância, bem como os cursos de curta e de média duração objetivam formar profissionais capacitados com qualificação diferenciada no mercado em que atuem quer pelo conhecimento técnico-teórico assimilado, quer pelo desenvolvimento de habilidades específicas voltadas para a formulação de alternativas e soluções criativas e inovadoras de problemas jurídicos.

As atividades de pesquisa e extensão da FGV Direito Rio caracterizam-se pela qualidade da dimensão interna e externa de suas práticas, envolvendo sua comunidade acadêmica, sendo exemplos:

1. A valorização da pesquisa empírica e interdisciplinar;
2. As ações de responsabilidade social exercidas pelas atividades de extensão;
3. A qualidade e a abrangência dos resultados de pesquisa;
4. O aumento de parcerias com diferentes comunidades jurídicas de pesquisa e de ensino;
5. A disseminação para o público externo das atividades internas;
6. A participação dos quadros docentes e discentes, da graduação e da pós-graduação, em eventos científicos e espaços de discussão de conhecimentos jurídicos;
7. A quantidade e a qualidade das produções docente e discentes;
8. O estímulo ao intercâmbio entre pessoas, grupos e entidades de pesquisa;
9. A realização de *workshops* de pesquisa;
10. O desenvolvimento de grupos de pesquisa.

Assim, estas atividades de pesquisa e extensão visam proporcionar conhecimentos que incidam sobre o futuro do direito, promovendo mudanças não somente na realidade social, mas também atingindo as instituições jurídicas, e desta forma contribuir de forma inovadora aos objetivos da Escola de Direito, como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a FGV Direito Rio e setores da sociedade.

Dentro do contexto dos cursos que oferece, o papel social da FGV Direito Rio revela-se por meio do acesso de toda população brasileira, e aos estrangeiros, ao ensino de qualidade, à formação científica e aos resultados das diversas pesquisas desenvolvidas em seu âmbito. É papel da instituição formar profissionais, cidadãos, pesquisadores e docentes qualificados e comprometidos com o desenvolvimento social e econômico do país, alinhando-se, assim, à missão da FGV de “Estimular o desenvolvimento socioeconômico nacional”.



2. Inserção Regional da FGV Direito Rio

O Estado do Rio de Janeiro é o terceiro mais populoso do país, com população total estimada em mais de 17,2 milhões de habitantes, estando atrás apenas de São Paulo, com 45,5 milhões de habitantes, e Minas Gerais, com 21 milhões (IBGE, 2018). Ainda de acordo com o IBGE (2018), a população do Estado corresponde a 8% da população total do país, que é estimada em 208,5 milhões de pessoas.

De acordo com dados recentes, a região metropolitana do Rio de Janeiro, que além do município do Rio de Janeiro, é composta por mais 20 municípios, concentra cerca de 74% da população do Estado, constituindo-se num espaço marcado por elevadas pressões sociais e grandes contradições ocasionadas, em muitos casos, pela falta de alinhamento entre o crescimento econômico e o atendimento às necessidades básicas da população (CEPERJ – 2018).

A FGV Direito Rio oferece seus cursos no município do Rio de Janeiro, que ultrapassa os 6 milhões e meio em cálculo populacional e possui o 4º maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, de 0.761, ficando atrás do Distrito Federal (0.824), São Paulo (0.783) e Santa Catarina (0.774), de acordo com dados do IBGE (2018).

Conforme dados mais recentes do Censo da Educação Superior (2017), em um universo de 437 cursos em 2.448 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas no país, e num total geral de 8.286.663 matrículas, o curso de graduação em Direito foi o que obteve o maior número de alunos matriculados, com 879.234 matrículas em 2017. Considerando apenas os 10 maiores cursos em número de matrículas, este número (879.234) representa 21,72% de um total de 4.048.234. Para visualizar o que significam estes dados, em termos de proporção, basta observar o gráfico a seguir baseado nos 10 cursos com maior número de matrículas.

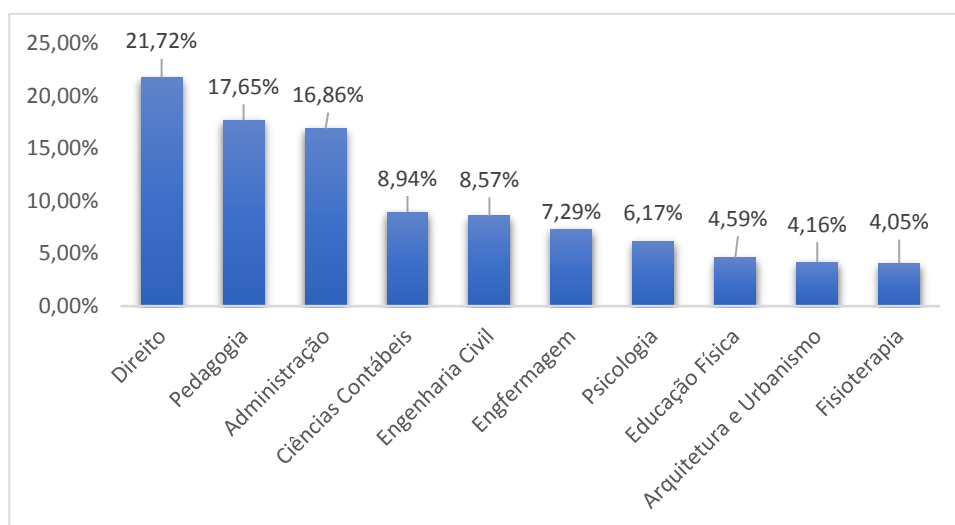


Figura 1. % do Número de Matrículas nos 10 maiores cursos



Analisando estes percentuais, é possível afirmar que a demanda pelo curso de Direito, baseada exclusivamente na quantidade de matrículas, é equivalente a mais de cinco vezes o percentual obtido pelo 10º curso com maior número de matrículas.

No Estado do Rio de Janeiro, existem 50 IES oferecendo a graduação em Direito, sendo 26 delas concentradas apenas no município do Rio de Janeiro. Diante deste cenário, e considerando que o município do Rio de Janeiro é sede da Região Metropolitana, e que por sua vez é onde estão localizados mais de 50% dos cursos de Direito oferecidos no Estado, o município também acaba concentrando a procura pelo ensino do Direito.

É neste contexto que se insere a FGV Direito Rio, como um diferencial e expoente de inovação no ensino, em relação a outras na amplitude de IES que oferecem ensino do Direito, no município do Rio de Janeiro e no Brasil, que de modo geral envolve diferentes problemáticas desafiadoras ao exercício do Direito, tais como: concentração de alta densidade demográfica e populacional em determinadas áreas, desigualdade na distribuição de rendas e na geração de riquezas, fortes contrastes socioeconômicos¹ e educacionais, população que nunca frequentou escola, acesso restrito a cursos superiores e a programas de pós-graduação, entre muitos outros.

Finalmente, diante de todo este panorama de sua inserção regional, a FGV Direito Rio atua de forma a contribuir com a produção de pesquisas e estudos de campo que gerem impacto para o conhecimento e o enfrentamento de problemas da realidade regional e brasileira, em todas as suas dimensões, de caráter teórico e especialmente empírico. Para tanto, a instituição fomenta permanentemente a integração entre graduação, centros de pesquisa e pós-graduação *stricto sensu*. Por meio de pesquisas que pretendem coletar e apresentar dados sobre o funcionamento das instituições brasileiras, o trabalho de professores e alunos possui aplicabilidade quase sempre imediata para a avaliação e reorientação de políticas institucionais, e na busca por respostas concretas a questões sociais locais, regionais e nacionais.

¹ Segundo dados do IBGE, no Rio de Janeiro, cerca de 40% dos domicílios da região metropolitana possuem renda de zero até 1 salário mínimo, 46% se encontram na faixa salarial entre 1 e 3 salários e 14% dos domicílios têm renda superior a 3 salários mínimos, sendo que destes apenas 1,3% totalizam domicílios com rendimento acima de 10 salários mínimos.



3. Políticas Institucionais

As Políticas e, consequentemente, os Princípios Institucionais da FGV estão fixados em dois pilares, Ética e Conformidade, que norteiam sua filosofia e suas ações, quer sejam estas ações nos campos administrativos de sua estrutura organizacional, ou em suas atividades de pesquisa e educação, em todos os níveis. Após a publicação da Lei 12.846, Lei Anticorrupção, em 1º de agosto de 2013, o Brasil foi colocado definitivamente no mapa de combate à corrupção, definindo novos desafios para a gestão das organizações nacionais. Desta forma, ações de identificação, avaliação e mensuração de riscos relacionados a questões éticas e de conformidade estão hoje no topo das prioridades da alta administração de organizações públicas e privadas.

Neste contexto, e considerando seus pilares norteadores - Ética e Conformidade -, a FGV Direito Rio entende que o atendimento às normas vai além de multas ou sanções, pois também envolve valores difíceis de mensurar e intangíveis como a imagem e reputação de uma organização, valores estes que a FGV conquistou notadamente no decorrer de sua história.

3.1 Princípios Institucionais da Mantenedora

Os planos e ações de uma organização refletem as suas políticas institucionais, idealizadas em grande parte por suas crenças, valores ou princípios. Assim, baseado em seus pilares da Ética e da Conformidade, a FGV estabeleceu os seguintes Princípios Institucionais:

- **Foco na Excelência:** Buscar padrões superiores de qualidade e de constante inovação a partir de um ambiente em que o entusiasmo, a vontade de aprender e ensinar, o comprometimento e a postura profissional sejam exemplares e contagiantes;
- **Honestidade e Ética:** Prezar que a excelência e a tradição da FGV geram a confiança que se estabelece naturalmente nas relações com os diversos públicos com os quais a Instituição interage e em cujas relações se deve pesar não somente o que é legal e ilegal, o que é justo e injusto, o que é conveniente e inconveniente, o que é oportuno e inoportuno, mas principalmente o que é honesto e o que é desonesto. Assim é indispensável que a ética seja o pano de fundo das condutas, já que nem todas as leis, normas e políticas esgotam as reflexões éticas;
- **Respeito:** Considerar que a FGV respeita as opções individuais daqueles que com ela mantenha vínculos, mas partilha de atitudes morais e éticas que são fundamentais;
- **Compromisso com as Normas:** Observar que as atitudes e comportamentos são baseados no forte compromisso de fazer o melhor, mas com plena aderência aos valores da FGV, às leis vigentes e às normas internas;



- **Integridade Profissional:** Pautar a conduta na imparcialidade. Existem situações em que as normas se tornam abstratas para auxiliar uma tomada de decisão em que é necessário equilibrar interesses antagônicos – conflitos de interesse – e é preciso usar o conceito próprio do que é certo ou errado;
- **Proteção da Informação e do Conhecimento:** Respeitar os conteúdos e as informações produzidas pela FGV e terceiros.

Para garantir que estes princípios estejam enraizados em suas ações, a FGV também estabeleceu uma série de mecanismos que orientam as atividades de seu corpo técnico-administrativo, pesquisadores e docentes. São eles:

- **Código de Ética e Conduta:** Referência para atuação pessoal e profissional de todos os públicos que fazem parte da comunidade FGV. Estabelece um padrão de relacionamento respeitoso e transparente aderente à missão, visão e aos valores e princípios éticos da Instituição;
- **Política Anticorrupção:** Estabelece a exigência de que a FGV conduza todas as suas atividades, ao redor do mundo, com os setores público e privado, com integridade e nos mais elevados padrões éticos;
- **Linha Ética:** Canal para reporte de situações que violam as diretrizes, princípios e condutas estabelecidas no Código de Ética e Conduta ou na Política Anticorrupção da FGV. Toda denúncia será apurada e aquela que tiver uma base fundamentada será analisada pelo Comitê de Ética sob a estrita confidencialidade.

Todos estes princípios, bem como o Código de Ética, a Política Anticorrupção e o canal Linha Ética, vêm como resposta a esse movimento de maior transparência e de controle e combate à corrupção, junto com o Sistema de Controles Internos e de Conformidade, criado pela FGV com o objetivo de garantir com razoável grau de segurança:

- A prevenção, a identificação, o monitoramento e a mitigação de potenciais riscos;
- A conformidade com leis e regras aplicáveis;
- A integridade das informações bem como a sua confiabilidade;
- A promoção da eficiência e eficácia da operação visando a atingir metas e objetivos estratégicos e proteger ativos contra desperdício, fraude e ineficiência.

3.2 Princípios filosóficos e missão da FGV Direito Rio

A criação da FGV Direito Rio no início do século XXI apostava em um projeto disruptivo em um campo aparentemente saturado – o das faculdades de direito. Esse projeto passava por uma alteração profunda nas maneiras de se ensinar, aprender, pesquisar e impactar a realidade do direito em suas mais diversas dimensões. A FGV Direito Rio preocupava-se em oferecer uma



formação capaz de tornar os seus alunos capazes de oferecer diagnósticos precisos e soluções inovadoras para lidar com desafios da realidade brasileira, do ponto de vista tanto da interpretação e aplicação do direito, como da reforma de suas instituições. Além disso, a Escola de Direito também sempre se voltou à produção de conhecimento sobre o funcionamento do direito brasileiro, o seu impacto na sociedade e na economia, as instituições jurídicas e os seus problemas, privilegiando pesquisas empíricas, fomentando diálogos multidisciplinares e servindo-se criticamente de experiências internacionais para a formulação de alternativas institucionais em prol do desenvolvimento nacional.

Para realizar esses objetivos, o projeto original da FGV Direito Rio orientava-se em compromissos substantivos e didáticos. No primeiro aspecto, o foco recaía sobre a estrutura curricular e o conteúdo das disciplinas e se norteava em um aprofundamento seletivo, focado nos problemas profissionais centrais de cada área de atuação do profissional do direito. No campo didático, investiu-se desde o início em métodos participativos e no fornecimento de incentivos para a participação qualificada em sala de aula, como estímulos à leitura prévia e à percepção do aluno como fundamental agente responsável pelo seu processo de formação. A partir desses compromissos didáticos básicos, a Escola apostava em um pluralismo de métodos para condução das aulas e estruturação dos cursos. Entretanto, evitava-se sempre a combinação de aulas expositivas e conteúdo exclusivamente informativo (mas não crítico, reflexivo ou capacitador). O tempo de sala de aula deveria ser utilizado sempre para a discussão aprofundada de questões que fossem além das informações e conteúdos já expressos nos textos de leitura prévia.

Nesse contexto, a Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas orientou as suas políticas de ensino, pesquisa, extensão, contratação de docentes, relacionamento com a comunidade e desenvolvimento institucional nos seguintes princípios: inovação, pluralismo, abertura, experimentalismo, multidisciplinaridade, fuga do enciclopedismo, impacto, internacionalização, atenção aos problemas e necessidades nacionais, preocupação no desenvolvimento de habilidades na formação, inclusão, ética, autonomia acadêmica e permeabilidade aos avanços tecnológicos. Em seu planejamento fundador, a missão da FGV Direito Rio era:

“Construir uma Escola de Direito que seja referência no Brasil em carreiras jurídicas públicas e direito empresarial, formando lideranças para pensar o Brasil em longo prazo e ser referência no ensino e na pesquisa jurídica para auxiliar o desenvolvimento e avanço do país.”

Transcorridos quase vinte anos dos primeiros debates sobre o projeto da FGV Direito Rio, as necessidades do mercado jurídico e da sociedade seguem estimulando a busca por novas soluções e exigindo adaptações pontuais para a realização das vocações institucionais da Escola de Direito. O advogado generalista perde cada vez mais espaço, a utilidade da formação jurídica deve também integrar habilidades para o desempenho de outros papéis e contextos, como negócios,



empreendedorismo, atuação política, gestão pública e ativismo, e a tecnologia cada vez mais transforma a realidade do direito. Diferentemente do cenário inicial, porém, hoje a FGV Direito Rio já é uma instituição estável. O seu projeto acadêmico não soa mais como aposta, uma vez que os diferenciais do projeto em 2002 (nas disciplinas, nos métodos, na pesquisa, na extensão, na multidisciplinaridade e na interação entre todos esses elementos) já se encontram mais disseminados e consolidados.

Essas mudanças levaram a reorientações parciais das ambições, práticas e até da missão institucional da Escola de Direito. Lidar com a nova realidade que se impõe requer o investimento em novas habilidades na formação e novos focos na pesquisa e na extensão. No primeiro aspecto, a FGV Direito Rio almeja ocupar os novos espaços formando profissionais com uma visão sofisticada e realista sobre o Brasil e suas instituições, com habilidades analíticas e ferramentas profissionais que possibilitem reinvenção constante e atuação em áreas de ponta na iniciativa privada, no governo e na sociedade civil organizada. Na pesquisa, busca-se produzir conhecimento orientado na construção de diagnósticos rigorosos sobre a realidade, na reflexão crítica embasada empírica e teoricamente, no diálogo intra, inter e multidisciplinar e na proposição de soluções jurídicas inovadoras para a superação de desafios nos âmbitos privado, governamental e na sociedade civil organizada. Na direção da maturidade institucional, essas novas visões se impõem a uma instituição de ensino que não direciona as suas ações exclusiva ou prioritariamente para a graduação, mas que também se estrutura em torno da pós-graduação *stricto sensu*. Nesse aspecto, o início das atividades do mestrado acadêmico em direito da regulação no ano de 2014 contribuiu para a reorientação dos objetivos e das práticas da FGV Direito Rio.

Na atual quadra, a missão institucional se altera, tornando-se:

“Construir uma Escola de Direito que seja referência no Brasil em áreas de ponta da iniciativa privada, do governo e da sociedade civil, formando lideranças para pensar o Brasil em longo prazo e ser referência no ensino e na pesquisa jurídica para auxiliar o desenvolvimento e avanço do país.”

Os compromissos substantivos e pedagógicos que regem as ações da FGV Direito Rio desde o projeto original continuam a desempenhar um papel central, expandindo-se pelos centros de pesquisa e a pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*) da Escola. Ao mesmo tempo, busca-se constantemente pensar em alternativas para lidar com riscos e desafios percebidos ao longo dos últimos anos. Os principais riscos partem do “mercado jurídico” em pelo menos duas dimensões relevantes. Do lado dos “empregadores”, a advocacia e as carreiras públicas continuam recrutando e funcionando em torno de práticas tradicionais; do lado dos discentes, existe uma pressão por tradicionalização, seja pelos desafios impostos pelas diretrizes pedagógicas do projeto, por comparação frequente com outras instituições, ou por demandas profissionais (notadamente o universo dos concursos públicos). Além disso, é preciso não negligenciar, no desenvolvimento e



na execução do projeto institucional, as assimetrias entre o perfil do docente esperado pela instituição e o perfil do ingressante em todos os níveis (graduação e pós-graduação), as práticas concorrentes e a realidade social.

O plano de desenvolvimento institucional do atual ciclo segue norteado por um compromisso inegociável com a excelência e os princípios fundamentais sobre os quais o projeto inicial da FGV Direito Rio se construiu. Ajustes pontuais e discussões permanentes sobre os objetivos, as visões e as práticas acadêmicas da Escola, no entanto, são necessidades que se impõem e, como tais, orientam as ações do presente ciclo. Na gestão institucional, não é diferente. A FGV Direito Rio, além dos princípios acadêmicos que regem as suas práticas, também orienta as suas atividades de gestão em princípios fundamentais que acompanham a Escola desde o projeto inicial. São eles, o planejamento, a inclusão, a diversidade, a ética, a sustentabilidade financeira, a eficiência, a proteção do meio ambiente, a democracia, o pluralismo, a transparência e o estímulo à formação contínua.

3.3 Diretrizes Estratégicas

Ao observar suas políticas institucionais e considerar o planejamento e avaliação para o período de referência deste plano de desenvolvimento institucional, a FGV Direito Rio elenca as seguintes diretrizes estratégicas:

1. **FGV Direito Rio como liderança acadêmica na área:** A FGV Direito Rio desenvolve políticas de apoio e estímulo à produção acadêmica, fomentando a elaboração de suas atividades de ensino e pesquisa. Dessa forma, como elemento norteador, a Escola planeja se manter como referência acadêmica na área, reconhecida nacional e internacionalmente, pela qualidade e o impacto da produção intelectual do seu corpo docente, pela formação dos seus discentes e pela busca permanente pela implementação de metodologias inovadoras de ensino;
2. **FGV Direito Rio como uma Escola global:** A Escola desenvolve esforços constantes visando à ampliação dos seus níveis de internacionalização para consolidar a instituição como polo relevante de produção de conhecimento e qualidade de ensino segundo parâmetros internacionais. Para tanto, a FGV Direito Rio direciona as suas políticas de ensino e pesquisa para estimular a criação de redes orgânicas de pesquisa, possibilitar fluxos docentes e discentes cada vez mais frequentes e atualizar seus programas de graduação e pós-graduação com temas de interesse e impacto globais;
3. **Inovação didática e pedagógica nos Programas de Graduação e Pós-Graduação:** A FGV Direito Rio foca na busca e na implementação de alternativas ao enciclopedismo e ao ensino orientado na reprodução de informações, preocupando-se com o oferecimento de ensino capacitador para que os seus discentes consigam satisfazer



expectativas do mercado, da academia e da sociedade no desempenho de suas atividades profissionais. Para tanto, investe na criação de espaços para o debate sobre metodologias de ensino, priorizando métodos participativos, estimula a produção de materiais didáticos voltados ao desenvolvimento de raciocínio crítico, analítico e propositivo e incentiva o experimentalismo;

4. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** As práticas pedagógicas, institucionais e as políticas de pesquisa da Escola de Direito estão alinhadas de modo indissociável, garantindo a apropriação do conhecimento produzido e a difusão dessa produção para o público interno e externo;
5. **Diversidade, Inclusão Social e Responsabilidade Socioambiental:** A Escola tem o compromisso com o respeito e a promoção de direitos humanos e a responsabilidade socioambiental. Esse compromisso se irradia nas práticas de gestão e na organização da FGV Direito Rio, informa agendas de pesquisa institucionais e inspira o desenvolvimento, entre docentes, discentes e funcionários, de uma cultura institucional orientada no reconhecimento, na afirmação e no desenvolvimento da dignidade humana e na proteção adequada do meio ambiente saudável e equilibrado;
6. **Fortalecimento da pesquisa empírica e de diálogos multidisciplinares na área de direito:** A FGV Direito Rio incentiva nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, a reflexão e o desenvolvimento de soluções jurídicas para problemas reais diagnosticados com rigor metodológico. Assim, a pesquisa empírica que leva ao conhecimento preciso da realidade e informa a construção de teorias explicativas sobre o funcionamento e a interação entre instituições jurídicas e o seu processo decisório complementa a produção jurídica, que também se constrói – mas a eles não se limita – sobre a criação de propostas teóricas normativas e o trabalho dogmático. Para tanto, a FGV Direito Rio orienta as suas ações para aproximar a pesquisa e o ensino do direito de outras áreas do saber, como a economia, as ciências sociais e a ciência de dados para o desenvolvimento de diagnósticos precisos;
7. **Responsabilidade discente no processo de formação:** A FGV Direito Rio coloca o discente como participante relevante no processo de ensino-aprendizagem, estabelecendo diretrizes que incentivem o estudo constante, a reflexão, a participação, o engajamento e a escolha orientada dos conteúdos que moldam a sua formação;
8. **Formação preocupada com o desenvolvimento de habilidades:** As práticas de ensino na FGV Direito Rio não se limitam à transmissão de informações, mas se inspiram no desenvolvimento de habilidades destinadas a formar graduados, pós-graduados, mestres e doutores com espírito crítico, raciocínio analítico, conhecimento multidisciplinar e aptidão para desenvolver soluções inovadoras para problemas jurídicos;



9. **Fortalecimento das instituições democráticas:** Inspirado na missão da Fundação Getúlio Vargas de contribuir para o desenvolvimento nacional, a FGV Direito Rio orienta as suas práticas de ensino, pesquisa e extensão no reforço da democracia, na participação da sociedade nos processos de formação da vontade política do país e na proteção dos direitos fundamentais, considerados condições de possibilidade para a consolidação de um ambiente democrático.

A partir dos resultados obtidos nos processos de análise do PDI e de autoavaliação dos períodos anteriores, foi possível estabelecer linhas de ação relacionadas a objetivos e metas a serem alcançadas, além de metas de caráter contínuo, até o final da vigência deste PDI. Estas ações visam manter, ampliar e aperfeiçoar os resultados alcançados pela FGV Direito Rio, em relação a suas políticas institucionais voltadas ao ensino, pesquisa e extensão, e também sua responsabilidade social. No quadro a seguir, tem-se a síntese dos objetivos e metas, com cronograma de realização estimado.

3.4 Objetivos e Metas

#	Objetivos	Metas	Cronograma
1	Manter a excelência acadêmica da FGV Direito Rio na área de Direito no Brasil.	Apropriar o conhecimento produzido nas atividades de pesquisa para os programas de extensão e ensino.	Contínuo
		Redesenhar o programa de iniciação científica da Escola	Até 2019
		Criar o Núcleo de Ciência de Dados Jurídicos para dar suporte aos projetos de pesquisa institucionais	Até 2018
2	Fomentar a difusão do conhecimento produzido na FGV Direito Rio para o público interno e externo	Realizar eventos científicos de disseminação das pesquisas e temas desenvolvidos na Escola	Contínuo
3	Consolidar os processos de internacionalização da instituição e ampliar a mobilidade da comunidade acadêmica.	Ofertar disciplinas em inglês nos cursos de graduação e pós-graduação	Contínuo
		Avançar nas parcerias institucionais com universidades e institutos de pesquisa internacionais	2018-2020
		Contribuir para a participação do corpo discente e docente em atividades acadêmicas nacionais e internacionais	Contínuo
		Fomentar a mobilidade acadêmica para pesquisadores internacionais.	Contínuo



4	Avançar a consolidação dos programas de graduação e pós-graduação em relação a inovações e certificações.	Revisar o projeto pedagógico do curso de graduação de acordo com as necessidades da legislação e das melhores práticas internacionais.	Contínuo
		Implementar novo currículo para o curso de graduação.	Até 2019
		Apresentar uma proposta de Doutorado em Direito	Até 2019
		Apoiar as iniciativas do corpo discente para práticas de atividade de extensão	Contínuo
5	Consolidar procedimentos internos de avaliação contínuos com o intuito de garantir a qualidade, a participação acadêmica e a difusão dos resultados desses processos.	Adequar o Regimento da CPA à nova estrutura de gestão adotada pela IES	Até 2018
		Reforçar o papel do NDE e de outros órgãos colegiados da Escola	Contínuo
6	Contribuir para a formação do aluno de pós-graduação, observando a adequação dos programas à realidade do mercado e às necessidades da economia global.	Ampliar o corpo docente permanente do PPGD	Até 2021
		Buscar parceria interinstitucionais com outros PPGDs, reforçando a integração regional da Escola	Contínuo
7	Fortalecer práticas de pesquisa e desenvolvimento para os programas de ensino, extensão e pesquisa.	Desenvolver projetos de pesquisas e atividades de extensão junto a outras unidades da FGV e organizações externas, nacionais e internacionais.	Contínuo
		Estruturar projetos de campo para a graduação	Até 2019
8	Consolidar o programa de egressos da FGV Direito Rio como uma ferramenta de avaliação e monitoramento de resultados	Desenvolver projeto para acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu	Até 2018
		Estruturar o programa de Embaixadores da FGV Direito Rio	Até 2018
9	Aperfeiçoar as práticas de gestão administrativa e financeira da Escola.	Reestruturar a organização administrativa da Escola	Até 2020
		Obter e manter a certificação ISO 9001 para as práticas de gestão de ensino da escola.	Contínuo
		Capacitar o corpo-técnico administrativo da IES para garantir maior eficiência nos processos	Contínuo
10	Garantir práticas de gestão alinhadas com os compromissos de Diversidade, Inclusão Racial e de Responsabilidade Socioambiental	Criar o Programa de Diversidade da IES	Até 2018



3.5 Recursos Financeiros e Capacidade de Sustentabilidade Financeira

O orçamento da FGV Direito Rio é elaborado com vistas a garantir a sustentabilidade e a manutenção dos investimentos da Escola na execução do seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Nesse sentido, o orçamento foi elaborado em consonância com as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Na previsão abaixo inserida, foram registrados os valores que estão planejados para a execução no período de 2018 a 2022.

DESCRIÇÃO DA CONTA	2018	2019	2020	2021	2022
TOTAL DAS RECEITAS >>>	36.991.416	41.499.930	43.350.394	45.631.502	47.308.165
RECEITA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS: RECURSOS PRÓPRIOS	18.652.917	23.831.583	26.805.899	30.599.899	32.804.099
RECEITA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS: APORTE MANTENEDORA	16.569.081	14.280.044	14.340.000	12.720.000	12.080.000
RECEITAS DE SERVIÇOS DE PESQUISA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1.670.599	2.945.266	1.764.836	1.850.753	1.940.965
CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES P/ EXECUÇÃO DE PROJETOS	59.914	419.247	421.047	442.099	464.204
RECEITAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PUBLICAÇÕES	-41.099	0	0	0	0
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	80.005	22.275	18.612	18.751	18.896
RECEITAS FINANCEIRAS	0	1.514	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS >>>	36.991.416	41.499.930	43.353.822	45.631.022	47.311.022
PESSOAL FUNCIONÁRIOS	18.355.037	19.261.184	19.372.868	19.772.868	20.172.868
SERVIÇOS DE TERCEIROS	11.194.549	12.646.576	13.295.305	14.087.305	14.667.305
VIAGENS DE SERVIÇO e CONGRESSOS	653.809	747.194	782.370	824.370	824.370
OUTRAS DESPESAS	138.842	138.517	184.158	227.358	227.358
CONTRIBUIÇÕES E AUXÍLIOS	6.513.464	8.628.885	9.636.381	10.636.381	11.336.381
MATERIAL DE CONSUMO	111.150	72.395	76.740	76.740	76.740
CUSTO DE PUBLICAÇÕES	24.566	5.179	6.000	6.000	6.000
CUSTOS DE ALIENAÇÕES E BAIXAS	0	0	0	0	0

No que tange a sustentabilidade financeira, compete precipuamente à Mantenedora promover os adequados meios de funcionamento das atividades da FGV Direito Rio, colocando-lhe à disposição, os bens móveis e imóveis de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, e lhe assegurando recursos financeiros de custeio suficientes. Da Mantenedora depende a aprovação do Orçamento Anual da Escola e decisões que tenham repercussão econômico-financeira.

O Curso de Graduação teve o início de suas atividades no ano 2005, mas desde o início das atividades da FGV Direito Rio são realizados investimentos permanentemente em infraestrutura e instalações, contratação e capacitação do corpo docente e corpo técnico-administrativo, produção de material didático próprio, acervo bibliográfico, em pesquisas e publicações.

Visando especialmente a abertura do Mestrado Acadêmico, que teve início em 2014, novos investimentos foram feitos, bem como a manutenção dos já existentes, a fim de manter o nível de



excelência acadêmica e o estímulo a pesquisa, idealizados através do projeto inicial. Para sustentar suas atividades, a Escola conta com receitas provenientes do curso de graduação, do curso de extensão, do curso de pós-graduação lato sensu e do curso de pós-graduação stricto sensu, além de contar com o fundamental apoio da mantenedora.

Os cursos de graduação e o de pós-graduação stricto sensu, que possuem conceitos diferenciados e inovadores, possuem custos significativos, que não permitem sua autossustentabilidade e que não podem ser repassados integralmente aos alunos, através da mensalidade.

Os cursos de pós-graduação lato sensu e os de extensão, possuem natureza superavitária, contribuindo significativamente para a manutenção das atividades e redução do déficit gerado pelas atividades produtoras de bens públicos e financiado pela mantenedora. Em que pese o adverso cenário nacional nos últimos anos, os recursos oriundos da instituição mantenedora não sofreram qualquer redução e propiciaram não só a manutenção, mas o incremento das atividades de ensino e pesquisa no âmbito da Escola.

Em relação ao orçamento acima exposto, alguns pontos são importantes de serem mencionados:

- a) A diferença de receita no item “Serviços Educacionais: Recursos Próprios” advém do aumento do número de vagas ofertadas no curso de graduação de 50 para 100 vagas anuais.
- b) A Escola de Direito dispõe de Controladoria Interna para análise, execução e fiscalização das metas orçamentárias e de seu controle. Nesse sentido, a Direção, junto a Controladoria e as áreas gestoras da parte acadêmica, acompanham as metas e mensuram os resultados de forma a garantir a sustentabilidade financeira da Escola.

3.6 Políticas de Planejamento e Avaliação

O processo de avaliação acadêmica e institucional da FGV Direito Rio é baseado na definição de objetivos, metodologia, estratégias, recursos e ações avaliativas.

Com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei 10.861, de 14 de abril de 2004) e as diretrizes estabelecidas para a avaliação das IES pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, a FGV Direito Rio constituiu sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado responsável pelo desenvolvimento de todas as ações previstas no processo avaliativo, tendo como objetivos: planejar, organizar e sensibilizar a comunidade acadêmica. Na forma das orientações emanadas do MEC, é também responsabilidade desta comissão o acompanhamento e avaliação do desempenho da IES em relação às ações, programas e atividades previstas no seu PDI.



A CPA da FGV Direito Rio, conforme previsto pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, possui autonomia em sua atuação relativa a outros órgãos colegiados e é constituída por membros de toda a comunidade da instituição, como representantes do corpo técnico-administrativo, discente, docente, coordenadores e membros da sociedade civil. Desta forma, todos os membros da comunidade da FGV Direito Rio têm participação nos procedimentos de planejamento, execução, avaliação e apropriação dos resultados encontrados.

Para atingir suas finalidades, a CPA utiliza variados e diferentes instrumentos de coleta de dados e informações, de forma a facilitar a participação de toda a comunidade da instituição, e promover constante aumento nos índices de participação nos processos avaliativos internos. Além disso, em virtude da variação de instrumentos, é possível tecer relatórios descritivos e analíticos que favorecem tanto a divulgação quanto a apropriação dos resultados por toda a comunidade acadêmica.

A Direito Rio entende a avaliação como relevante instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional. Por meio de seus resultados, é possível traçar planos de melhorias para implementar ações efetivas que impactem no processo de gestão da IES, de forma a evidenciar a inovação e a evolução institucional.

Por isso, é fundamental que os resultados sejam apropriados pelos gestores, docentes, corpo técnico-administrativo e discentes, promovendo a reflexão sobre o compromisso institucional com o autoconhecimento, incremento da qualidade da oferta educacional e dos serviços prestados pela Instituição.

- Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional;
- Processo de autoavaliação institucional;
- Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica;
- Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.

3.7 Políticas para a Responsabilidade Social

A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu que a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.² Colaborar com a sociedade é ter responsabilidade com ela. As instituições de ensino superior são avaliadas, dentre inúmeros aspectos, considerando suas

² Cf. "Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 de julho de 2018.



diferentes dimensões institucionais, dentre as quais uma delas é a responsabilidade social da instituição.³

Nesse sentido, a Fundação Getúlio Vargas tem como **missão**: estimular o desenvolvimento socioeconômico nacional. Adota como **visão**: ser reconhecida como instituição inovadora, comprometida com o desenvolvimento nacional, pela formação de uma elite acadêmica, pela geração de bens públicos nas áreas sociais e afins, garantindo a sua sustentabilidade econômica com a prestação de serviços de qualidade e elevado padrão ético. E consagra como **princípio institucional**: agir com respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, em linha com o que preconiza o Código de Ética da FGV.

Dessa forma, as ações institucionais de responsabilidade social da FGV Direito Rio devem estar em convergência com a missão, visão e princípios institucionais da Fundação Getúlio Vargas, e ser um dos eixos norteadores das ações da Direito Rio no ensino, pesquisa e extensão, operado nas esferas da diversidade, inclusão social, meio ambiente, preservação da memória e do patrimônio cultural, bem como do desenvolvimento econômico e social.

O conjunto dessas ações revela a preocupação institucional em criar espaços para a participação e reflexão da comunidade acadêmica, por meio do trabalho desenvolvido por professores, pesquisadores, funcionários e estudantes.

3.7.1 Diversidade/inclusão social

Não é incomum professores, funcionárias e funcionários, alunas e alunos e terceirizados de instituições sentirem-se constrangidos e preteridos em razão de características pessoais socialmente estigmatizadas ou desvalorizadas em seus ambientes profissionais, não raro afetando sua eficiência e produtividade. Frequentemente, o efeito dos estereótipos afeta o desempenho e o bem-estar do indivíduo ainda que ele ou ela própria não consiga identificar sinais visíveis de hostilidade. Por outro lado, estudos demonstram diversos benefícios em investir em diversidade e inclusão, por exemplo, contando com um quadro de pessoas com pluralidade dessas características pessoais, como raça, origem étnica e geográfica, classe social, orientação sexual, religião, condição psiquiátrica, maternidade e paternidade, entre outras. Os benefícios a título pessoal dizem respeito tanto aos resultados no local de trabalho e em sala de aula, ao aumento

³ Cf. (Grifo nosso) "Art. 3º. A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes: (...) III – a **responsabilidade social da instituição**, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;(...)". BRASIL. Lei Nº 10.861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 13 de julho de 2018.



na inovação a partir da existência de múltiplos pontos de vista, melhor satisfação nas tarefas, diminuição das intenções de rotatividade, aumento da probabilidade de avaliações positivas, bem como aos resultados da vida pessoal, melhorando a qualidade de vida e diminuição da ansiedade.

Nesse sentido, a FGV Direito Rio promove o Programa Diversidade, que está voltado para a promoção do debate sobre a diversidade no ambiente profissional e acadêmico. A preocupação é proporcionar um ambiente em que valores como respeito, dignidade, igualdade, solidariedade, justiça e liberdade sejam colocados como prioridades, tornando a FGV Direito Rio um instrumento exemplar de diversidade e inclusão, ativo no combate ao preconceito e à intolerância. Objetiva-se, ainda, desenvolver diagnósticos locais e ações visando à promoção de políticas internas que dialoguem com o seu entorno e com a sociedade como um todo. O Programa se apoia em práticas interconectadas de ensino, pesquisa e extensão. Serão promovidas aulas sobre temas de diversidade e gênero; investimentos em pesquisa de ponta para afirmar a diversidade não apenas como valor, mas também como fonte de inovação: por meio dela é possível realizar debates, trocas de experiências e ideias que permitam produzir percepções sociais diferentes, beneficiando todos os membros da comunidade; e, por fim, atividades de extensão para concretizar os conhecimentos obtidos com o ensino e a pesquisa e buscar intervenções concretas na sociedade.

3.7.2 Meio ambiente

O enfoque na temática ambiental tem como objetivo institucional produzir conhecimentos inovadores para contribuir para o desenvolvimento, promoção e consolidação do Direito Ambiental no Brasil. O tema é conduzido a partir de duas frentes principais: pesquisa e ensino.

As pesquisas são desenvolvidas por meio do Programa de Direito e Meio Ambiente (PDMA), no âmbito das atividades conduzidas pelo Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE), as quais buscam relacionar temas do direito, economia e meio ambiente. O Programa tem duas linhas de pesquisa principais, Regulação Ambiental e Eficiência jurídico-econômica e Sustentabilidade. A primeira linha pretende desenvolver pesquisas com enfoque na investigação das atividades regulatórias que envolvem as matérias ambientais. Assim, tem como perspectiva principal compreender e analisar as estratégias e os instrumentos aplicados pelos órgãos e entidades estatais responsáveis pela regulação dos recursos naturais. Busca-se, por meio dos projetos desenvolvidos, diagnosticar e apontar soluções para eventuais falhas regulatórias identificadas nas atividades de fiscalização e gestão da natureza no contexto brasileiro.

A linha de pesquisa Eficiência jurídico-econômica e Sustentabilidade privilegia, para além das respostas jurídicas para lidar com desafios regulatórios sobre a gestão de recursos naturais, um olhar econômico para a compreensão e a orientação adequada dos sistemas de incentivos gerados por opções regulatórias, além da análise dos efeitos de escolhas regulatórias sobre os usuários e os agentes econômicos regulados. Abrange, portanto, pesquisas sobre qualidade da gestão dos



recursos naturais, os efeitos de alternativas regulatórias sobre eles, além de estudos sobre práticas que possam fomentar a gestão mais sustentável do meio ambiente.

Por meio das disciplinas ministradas na Graduação em Direito e no Mestrado em Direito da Regulação, busca-se ampliar o conhecimento dos alunos acerca da problemática ambiental e sua aplicação na defesa dos direitos difusos e coletivos. O enfoque na disciplina Direito Ambiental, ministrada na Graduação, é revisar os conceitos inerentes aos direitos e interesses difusos e coletivos de especial relevância para a compreensão da tutela do bem ambiental. Nas disciplinas ministradas no âmbito do Mestrado Acadêmico, Regulação Ambiental e Regulação da Biodiversidade Brasileira, busca-se reinterpretar os princípios de direito ambiental à luz dos fundamentos básicos da microeconomia, com intuito de possibilitar análises sobre a real eficiência protetiva e conservacionista de determinadas interpretações de normas e casos selecionados de direito ambiental.

3.7.3 Apoio a Memória e Patrimônio Cultural

Como o objetivo de disseminar a preocupação com a preservação e a divulgação da memória nacional, a FGV Direito Rio adota práticas institucionais voltadas para a preservação da memória e do patrimônio cultural.

Nesse sentido, desenvolve pesquisas visando a coleta e análise de documentos primários e depoimentos de atores relevantes a respeito de instituições jurídicas. Os principais objetivos dessas pesquisas são, por um lado, explicar o desenho institucional e o funcionamento das organizações jurídicas a serem estudadas e, por outro, fornecer informações primárias a respeito da história dessas organizações e dos seus atores.

Acrescenta-se a busca pela formação de acervo (textual e audiovisual) voltado para a difusão da cultura regulatória associada às instituições em espaços acadêmicos e não acadêmicos, ao sistematizar e tornar públicos os dados.

A perspectiva dos atores que compuseram a história e a maneira como eles reinterpretam fatos à luz de experiências vividas permitirão a construção de uma narrativa sobre os aspectos sociais e políticos da história. Ao contar a história da relação destes atores com a instituição, nos contarão a história da instituição.

Pautada pelo conceito de sustentabilidade, a preservação, a conservação e a manutenção do patrimônio histórico da FGV é fundamental não apenas para o uso racional de nosso patrimônio, mas também pela preservação da memória institucional.



3.7.4 Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial

Conforme a Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a FGV Direito Rio inclui em sua proposta pedagógica a temática dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.

Com o objetivo de formar para a vida e para a convivência social, política, econômica e cultural, nos níveis regionais e nacionais, a FGV Direito Rio:

- Promove, de modo transversal aos cursos ofertados, a educação para a mudança e transformação social, fundamentando-se nos princípios da dignidade humana; na igualdade de direitos e no reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.
- Desenvolve pesquisas e estudos na temática dos Direitos Humanos e oferece mecanismos de transmissão dos seus resultados para a comunidade;
- Estimula ações de extensão voltadas para a promoção dos direitos humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos.

3.7.5 Desenvolvimento Econômico e Social

No tocante ao desenvolvimento econômico e social, a FGV Direito Rio incentiva, apoia e estimula as seguintes ações institucionais de responsabilidade social:

- Desenvolvimento de projetos e pesquisas que impactem no aperfeiçoamento das instituições e na melhoria da condição/qualidade de vida da população em nível local, regional e/ou nacional;
- Desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares nas áreas de interseção entre o Direito e a Economia, promovendo análises e discussões sobre os efeitos esperados de normas e decisões jurídicas sobre o comportamento dos agentes econômicos e o desenvolvimento socioeconômico do País;
- Estabelecimento de parcerias com atores da sociedade civil e órgãos públicos para fins de pesquisa e estágio, visando à atuação em conjunto para o desenvolvimento socioeconômico em diversos níveis.
- Democratização do acesso dos segmentos menos favorecidos da sociedade a seus cursos, sem comprometimento do critério de mérito.



- Redução de desigualdades sociais, mediante políticas de inclusão, por meio da oferta de um programa institucional de bolsas com a finalidade de assegurar a permanência e o bom rendimento de alunos com potencial acadêmico e que apresentam hipossuficiência socioeconômica.

Com objetivo de proporcionar aos alunos a assistência necessária para a manutenção de sua vida acadêmica, baseando-se em meritocracia e assistencialismo, cumprindo assim a função social de oferecer ensino de qualidade aliada a oportunidade, a FGV Direito Rio oferece:

- a) Na Graduação: Bolsas de Mérito, Restituível – São concedidas de financiamento escolar aos alunos do curso de Graduação que demonstrarem bom rendimento acadêmico e/ou necessidade econômico-financeira – e por demanda social.
- b) Na Pós-graduação *Stricto Sensu* – São concedidas Isenção de Mensalidade, Bolsa PROSUP/CAPES, Bolsa Taxas PROSUP/CAPES - custeio das taxas escolares pela CAPES e a Bolsa FGV Direito Rio: Pagamento de valor predeterminado pela FGV Direito Rio para a manutenção do bolsista e/ou participação em projetos de pesquisa da instituição. A concessão de bolsa de estudo implica automaticamente a concessão de isenção integral de pagamento de mensalidade.
- c) Na Pós-graduação *Lato Sensu* – São concedidas bolsas por mérito acadêmico, demanda social, não obstante oferta descontos para ex-alunos e bolsas para funcionários da Fundação Getulio Vargas.

Importante notar que as ações de responsabilidade socioeconômica da FGV Direito Rio também se estendem às atividades de pesquisa e extensão. Na parte de pesquisa, existe a oferta de dois tipos de bolsa: Bolsas de pesquisa a alunos que participam de projetos aprovados pela Escola e Bolsas de pesquisa dentro do Programa de Iniciação Científica (PIC) que tem como objetivo estimular a produção científica e despertar a vocação científica, apoiando os estudantes de graduação na participação em projetos institucionais de pesquisa contemplados pelo programa.

No que diz respeito a Extensão, são também oferecidas bolsas de extensão a alunos que participam de programas de extensão, regularmente aprovados pela Escola e apoio financeiro e logístico para a participação do corpo discente em congressos – nacionais e internacionais -, assim como participação em Moot Courts e apoio a publicação. Além disso, a Escola desenvolve programas de extensão voltado para alunos de direito de todo o Brasil, como o Curso de Inverno, no qual alunos terão a oportunidade de debater com alguns dos principais professores da Escola, vivenciar o método participativo de aula e conhecer as linhas de pesquisa da FGV Direito Rio.



3.8 Políticas de Internacionalização

A FGV DIREITO RIO é uma escola global, com o objetivo de ser reconhecida como um polo de debate relevante na área do direito e de se tornar referência internacional na produção de conhecimento. Para tanto, desenvolve ações para se aproximar de importantes instituições estrangeiras reconhecidas pela qualidade da sua produção, visando especialmente a estabelecer fluxo constante de discentes e docentes entre a escola e seus parceiros no exterior e, ainda, o desenvolvimento de projetos de pesquisa, eventos e produção conjunta entre alunos e professores.

Para tanto, a Escola desenvolve atividades de ensino e pesquisa com importantes instituições estrangeiras, reconhecidas pela qualidade da sua produção sobre temas centrais, para uma compreensão profunda e crítica do fenômeno jurídico, visando especialmente a estabelecer mobilidade docente e discentes e, ainda, o desenvolvimento de projetos de pesquisa, eventos e produção conjunta entre alunos e professores. Além disso, as ações de internacionalização da instituição passam pelo fomento ao intercâmbio internacional nas duas direções, oferta de aulas em inglês na graduação, criação do projeto de bolsas internacionais “Fellows in Rio”, oferta de cursos internacionais curtos e participação em *moot courts*.

A FGV Direito Rio tem uma Coordenação de Relações Internacionais (CRI) para a gestão executiva das atividades de internacionalização. Essa coordenação é responsável por estabelecer acordos e convênios internacionais, organizar cursos com professores estrangeiros, fomentar e gerir as oportunidades de mobilidade docente e discente, acompanhar programas de bolsas internacionais e eventos que envolvam instituições e/ou convidados internacionais.

A estratégia de internacionalização está diretamente relacionada com os objetivos institucionais da FGV como um todo, em especial quando destacamos a crescente avaliação da instituição em rankings internacionais. Atualmente, a Fundação Getulio Vargas é o 6º melhor *think tank* do mundo. O 2018 Global Go To Think Tanks Index, divulgado em fevereiro de 2019, pela Universidade da Pensilvânia, coloca a FGV, pelo terceiro ano consecutivo, entre os top 10 *think tanks* do mundo. Com o resultado, a FGV se mantém como melhor *think tank* da América Latina pelo décimo ano consecutivo.

Neste contexto, as ações de internacionalização da instituição passam pelo fomento ao intercâmbio internacional nas duas direções, oferta de aulas em inglês na graduação e na pós-graduação *stricto sensu*, criação do projeto de bolsas internacionais “Fellows in Rio” – estruturado para incentivar a vinda de pesquisadores doutores estrangeiros que desenvolvam pesquisas na Escola, oferta de cursos internacionais curtos e participação em *moot courts*. A FGV Direito Rio dispõe de convênios com universidades nacionais e estrangeiras que possibilitam a seus docentes e discentes participarem de seminários, palestras e intercâmbios no exterior.



Atualmente, a FGV Direito Rio possui mais de 60 convênios ativos com instituições de ensino no exterior e com quase 30 destinos diferentes, contemplados nos 5 continentes. FGV Direito Rio integra, nesse contexto, a Law Schools Global League (LSGL), que tem como objetivo mapear interesses comuns, facilitar a cooperação em pesquisa e métodos de ensino; buscar novos talentos na área acadêmica para aumentar a exposição internacional; criar métodos de treinamento e ensino para atender a demandas de internacionalização da profissão jurídicas. Atualmente, a LSGL é formada pelas seguintes instituições: FGV Direito Rio e FGV Direito SP (Brasil), Tilburg University (Holanda), EBS Law School (Alemanha), Universidade Católica Portuguesa (Portugal), Instituto de Empresas (Espanha), McGill University (Canadá), Tsinghua University School of Law (China), National University of Singapore (Cingapura), Northwestern University (EUA), Jindal Global Law School (Índia), IDC Radzyner (Israel), Higher School of Economics Moscow (Rússia), University of Cape Town (África do Sul), University of Pretoria (África do Sul), Facultad de Derecho Universidad de los Andes (Colômbia), King's College London (Inglaterra), Koç University (Turquia), Università di Torino (Itália), ITAM (México), Universidad de Palermo (Argentina) e University of Political Science and Law (China). A graduação da FGV Direito Rio também possui – de forma exclusiva – intercâmbio firmado por convênio com a Harvard Law School.

Além dos intercâmbios para discentes e da manutenção de acordos de cooperação com instituições no exterior, os níveis de internacionalização da Escola podem ser verificados pela produção dos professores em revistas estrangeiras, publicação de textos em inglês, ainda que em periódicos nacionais, ou edição de obras no exterior, formação do corpo docente, que, em quase sua totalidade, realizou estudos de doutorado e/ou pós-doutorado fora do Brasil, promoção de eventos internacionais, participação dos seus docentes e discentes em eventos internacionais.

De fato, visando ao estabelecimento e consolidação de uma estratégia orgânica de cooperação internacional, a Escola identificou e procurou ativamente as melhores instituições e grupos de pesquisa no mundo que tratam de temas próximos às suas linhas de pesquisa.

A cooperação científica e acadêmica com outras universidades internacionais propicia aos alunos e professores aprimorar a qualidade de suas atividades de ensino e pesquisa, tanto pelo compartilhamento de métodos e conhecimentos específicos dos profissionais envolvidos, quanto pela realização de trabalhos em conjunto utilizando expertise variada. Este intercâmbio de experiências acadêmicas e de pesquisa empírica com estrangeiros contribui ainda mais para a proposta da FGV Direito Rio de formar alunos e pesquisadores acadêmicos de ponta na área do Direito.

Para além destas duas possibilidades (intercâmbio e períodos de pesquisa), a Escola participa e encoraja seus alunos a participar dos diversos cursos internacionais e seminários e eventos que a FGV Direito Rio organiza durante o ano. O propósito dessa estratégia é contribuir para uma formação ampla e global sobre problemas e alternativas jurídicas.



Todas essas atividades convergem para a realização do propósito de internacionalização do programa e a realização dos seus objetivos nacionais e globais. Os intercâmbios possibilitam a ampliação da formação dos discentes e a aproximação mais intensa entre pesquisadores da Escola e das instituições parceiras (inclusive professores); os seminários com professores estrangeiros são cruciais para a divulgação da produção e o aprofundamento de debates centrais para a compreensão adequada do fenômeno jurídico; e a interação entre professores, alunos, *fellows* e membros do programa de pós-doutorado amplia as possibilidades de integração e mantém docentes e discentes em contato constante com novas ideias.



4. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

4.1 Políticas de Ensino

Os princípios, as diretrizes e as políticas institucionais descritos a seguir fundamentam os projetos pedagógicos dos cursos da graduação e da pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* da FGV DIREITO RIO.

4.1.1 Princípios

As políticas de ensino da FGV Direito Rio pautam-se nos seguintes princípios:

1. Preparação para a intervenção no mundo profissional para avanço do país;
2. Formação ética e responsável pela condução do trabalho e das relações sociais;
3. Promoção da diversidade no interior do ambiente acadêmico institucional e fora deste;
4. Pro atividade e responsabilidade do discente;
5. Formação de egressos aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
6. Diálogo, interação e engajamento na concepção de ensino.

4.1.2 Diretrizes

Em relação às diretrizes, as ações de ensino da FGV Direito Rio se orientam para:

1. A excelência das atividades acadêmicas;
2. A internacionalização institucional;
3. A inovação didática e pedagógica;
4. O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica;
5. O estímulo às atividades práticas, a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e o pensamento reflexivo; e
6. A criação de soluções aos problemas concretos do Brasil e do mundo.

4.1.3 Metodologia de Ensino

A FGV Direito Rio institucionalizou encontros para a reflexão sobre a metodologia de ensino, para a troca de experiências e a discussão de novas estratégias e recursos essenciais à inovação didática e pedagógica.



A adoção de metodologias ativas de ensino/aprendizagem e de novas Tecnologias da Informação e da Comunicação revelam inovações pedagógicas e didáticas pautadas na ética pessoal e profissional destinada ao ensino preocupado com as questões sociais, culturais, políticas e econômicas do século XXI. Exemplos já realizados que ilustram esse compromisso são o curso de “Programação para Advogados”, a criação de base de dados sobre o Supremo Tribunal Federal, a participação em competições simuladas internacionais (*Moot Courts*), a simulação de processos judiciais e de audiências de mediação.

Tais inovações emergem do uso de metodologias ativas que colocam docentes e discentes em interação a partir da reflexão sobre conhecimentos e práticas, bem como da criação e produção de novos sentidos para ambos. Com isso, a FGV Direito Rio promove inter-relações pessoais para uma formação técnica, ética e humana pautada no diálogo, na interação e no engajamento. São expressões dessas características a existência de:

1. Comissão de ética e integridade acadêmica;
2. Comissão de diversidade;
3. Reuniões semestrais de discentes com a direção;
4. Reunião mensal da coordenação e do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) com os representantes discentes de cada turma;
5. Representação discente nas diferentes instâncias acadêmicas, tais como a Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Comissão de Ética e outras que venham a ser criadas.

4.1.4 Materiais Pedagógicos

O material didático é um instrumento central em um projeto pedagógico que pressupõe o emprego de métodos participativos e se concretiza em um ambiente moldado para permitir que o aluno tenha condições de se preparar previamente para debates em sala de aula. É, portanto, condição de possibilidade para a realização de objetivos pedagógicos ambiciosos, como o da FGV Direito Rio. Formar profissionais aptos para enfrentar e propor soluções criativas e inovadoras para problemas, lideranças que consigam pensar o Brasil a longo prazo e integrantes de instituições capazes de formular estratégias de realização de objetivos nacionais não são metas simples.⁴ Elas exigem práticas didáticas que aproximem teoria e prática orientadas na problematização, estimulem o emprego de diferentes técnicas de ensino, a cooperação entre alunos e professores e se estruturam sobre um mapeamento abrangente da área.⁵ Ser referência e, ao mesmo tempo, atuar como catalisador dessas práticas resumem, assim, as vocações do material didático.

⁴ FALCÃO, Joaquim e FARAH, Caio. O projeto da Escola do Rio de Janeiro da FGV. In: **Cadernos FGV Direito Rio**, v. 1, nov. 2005, p. 4-15, 2010, p. 6.

⁵ Id., p. 11.



Para a FGV Direito Rio, a construção e o desenvolvimento de materiais didáticos se norteiam pelos seguintes princípios: pluralismo, abertura, cooperação, virtualização, inovação e organicidade.

O pluralismo se revela na crença de que não existe um modelo único que possa ser considerado o mais adequado para qualquer tipo de disciplina, em qualquer contexto pedagógico, para qualquer professor e em qualquer tipo de aula. Particularidades relacionadas a cada um desses aspectos podem interferir na indicação do material mais apropriado (*casebooks*, apostilas, roteiros de estudo de textos, compêndio de textos clássicos e contemporâneos sobre um tema acompanhado de comentários, modelos híbridos etc.). O material pode ser formativo, informativo, problematizador, pressuposto para a aula, objeto de aula e desempenhar tantos outros papéis sem que se possa impor um modelo ideal. A FGV Direito Rio, em razão da presente diretriz, possibilita a construção de diversos modelos de materiais didáticos pelos seus professores, permitindo a adequação entre estratégias e objetivos pedagógicos e o material fornecido ao aluno.

A abertura se mostra tanto na predisposição permanente da FGV Direito Rio para receber inputs de outras fontes (alunos e professores) como na inclinação para buscar diferentes propostas de ferramentas úteis para a preparação de uma aula, ainda que essas fujam de percepções tradicionais sobre o que possa significar um “material didático”.

A cooperação aparece no dever de trabalho em equipe e na pretensão de contribuir para o desenvolvimento do projeto da FGV Direito Rio.

A virtualização atua como parâmetro de preferência por meios digitais de construção, divulgação e utilização do material didático por alunos e professores.

A inovação impulsiona o trabalho da FGV Direito Rio para a proposição de alternativas diferentes às já amplamente aceitas, mas que tenham se revelado ou mostrem potencial para permitir a realização mais eficiente dos objetivos pedagógicos de cada disciplina.

A organicidade, por fim, expressa-se na importância de o desenvolvimento de materiais didáticos e as diretrizes institucionais para fazê-lo não negligenciarem os objetivos pedagógicos dos docentes, os métodos adotados (participativo, socrático, *Project based learning*, *team based learning* etc.), as peculiaridades de cada disciplina, as relações entre disciplinas, permitindo diálogos e evitando sobreposições desnecessárias, e, eventualmente, as sugestões do corpo discente, todos cruciais para definir o papel esperado do material didático na FGV Direito Rio.

Tendo esses princípios como referenciais, o projeto institucional da FGV Direito Rio pretende incentivar o desenvolvimento e a revisão constante de materiais didáticos pelos seus docentes. Para tanto, parte-se de uma concepção ampla de material didático, que o define em função de critérios funcionais e negativos. No primeiro caso, material didático é considerado um Instrumento para a realização de estratégias didáticas (ex.: desenvolvimento de habilidades, sedimentação de



conteúdo, colocação de problemas etc.) e a facilitação da dinâmica de aula. Nesse contexto, o material desempenha papéis informativo, dinamizador e formativo. Usando um critério negativo, compatível com o objetivo institucional de afastar as atividades da FGV Direito Rio do manualismo, do enciclopedismo e do aprendizado voltado para a simples reprodução de conteúdo, não deve ser considerado um material jurídico adequado aquele que desestimula pesquisas autônomas e de contato com literatura primária e reduz custos de busca de informações.

4.1.5 Incorporação de Avanços Tecnológicos

O planejamento institucional prevê o diálogo estreito com avanços tecnológicos em três níveis diferentes: no ensino, na pesquisa e na formação profissional dos seus alunos.

No primeiro caso, a FGV Direito Rio procura permanentemente incorporar inovações tecnológicas em sala de aula. Nesse sentido, almeja-se explorar os potenciais da tecnologia como elemento facilitador da didática, como mediadora do processo de aprendizagem e como engrenagem do processo de avaliação. No primeiro caso, as práticas de ensino passam pelo estímulo ao uso responsável de computadores em sala de aula pelos discentes, na medida em que eles podem ser úteis para notas e a realização de pesquisas imediatas. Mas não só isso, a tecnologia pode atuar como facilitador da didática na medida em que possibilita a interação à distância entre alunos, professores e convidados em aulas da graduação e da pós-graduação, contribuindo para a internacionalização da FGV Direito Rio, e permite a realização de atividades em tempo real, como quizzes e experimentos por meio de plataformas como o socrative (www.socrative.com). Finalmente, iniciativas como o projeto H2O do Berkman Klein Center for Internet and Society da Harvard University, podem ser úteis para inspirar práticas da Escola visando a criação, edição, organização, aplicação e divulgação de materiais de cursos. Por esses motivos, o plano de desenvolvimento institucional prevê incorporações, reflexões e experimentações para o uso de inovações tecnológicas em sala de aula.

A permeabilidade das práticas de ensino a inovações tecnológicas não se implementa, porém, sem o desenvolvimento de debates internos e amparados em observações e estudos de especialistas sobre o tema. O planejamento institucional, nesse aspecto, é sensível aos desafios geracionais relacionados ao uso frequente de tecnologia no ensino em qualquer contexto decisório anterior à sua incorporação ou exclusão de atividades de sala de aula.

No segundo aspecto, a tecnologia pode atuar como mediadora do processo de aprendizagem na medida em que possibilita a interação fora de sala de aula entre alunos e professores para o desenvolvimento de atividades, para o repositório de materiais didáticos e mesmo para incentivar a comunicação de conteúdos por outros meios, como vídeos.



Finalmente, a inovação tecnológica pode cumprir um papel importante no processo de avaliação, permitindo simulações mais próximas da realidade para a verificação de aprendizagem e a aplicação de trabalhos em formatos alternativos. Com isso, a tecnologia aparece como meio relevante para afastar estilos de avaliação que insistem na memorização e no enciclopedismo. O planejamento institucional da FGV Direito Rio, nesse sentido, pretende incentivar, ainda que em caráter experimental, o emprego de tecnologia nos processos avaliativos institucionais.

Na área de pesquisa, a inovação tecnológica aparece no tipo de pesquisa que o planejamento institucional pretende incentivar e na formação de suas equipes de pesquisa. Visando à implementação de análises mais multidisciplinares, a FGV Direito Rio preza pela formação de grupos de pesquisa integrados por pessoas com formações em outras áreas, como Economia, Matemática Aplicada e Ciências Sociais. Quanto ao tipo de pesquisa, o planejamento institucional almeja ampliar o desenvolvimento de pesquisas quantitativas com grandes dados (big data) para que os trabalhos da instituição forneçam para a comunidade jurídica e para a sociedade diagnósticos mais precisos a respeito de como as instituições jurídico-políticas nacionais funcionam, como as leis são aplicadas e que desafios exigem ações juridicamente relevantes, sobretudo regulatórias, quando o foco recai sobre a pós-graduação *stricto sensu*.

Quanto à formação profissional, o planejamento institucional precisa se mostrar aberto às demandas do mercado e às tendências internacionais de formação de um jurista adequado aos novos desafios que se impõem em uma sociedade digital. Por isso, a FGV Direito Rio estimula – e pretende seguir estimulando – o desenvolvimento de disciplinas que permitam ao aluno utilizar ferramentas tecnológicas para o desempenho mais qualificado de suas atividades profissionais.

4.1.6 Monitoria e Nivelamento

Semestralmente, a FGV Direito Rio lança edital de vagas para o Programa de Monitoria com os objetivos de:

1. Contribuir para o desenvolvimento do aluno, estimulando o seu interesse pela carreira docente;
2. Ampliar a colaboração recíproca entre o corpo discente;
3. Fortalecer a comunidade acadêmica através do aprendizado por pares.

No edital de monitoria, encontram-se descritas as atribuições dos professores e dos alunos, as regras de conduta e de desligamento, bem como objetivados os pré-requisitos para a inscrição. Os alunos não recebem bolsa de fomento e sim a quantidade de até 15 horas de ATCE (Atividade Complementar Eletiva). As atividades realizadas pelo monitor são avaliadas e incidem sobre o CR. Para o recebimento das horas de ATCE, o aluno precisa ter suas atividades aprovadas com nota superior a 7 (sete).



Com relação a programas de nivelamento, a FGV Direito Rio oferece em disciplinas específicas divisão das turmas em grupos, por temas. Essa divisão ocorre nas disciplinas de (i) Oficina de Leitura, do 1º período; (ii) Oficina de Redação, do 2º período e (iii) Oficina de Pesquisa, dos 3º e 4º períodos. Quanto às Oficinas de Leitura e Redação, o objetivo é familiarizar o ingressante com a leitura e a escrita jurídica. Já na Oficina de Pesquisa, o objetivo é familiarizar os alunos com práticas e procedimentos de pesquisa acadêmica sobre problemas jurídicos.

Além da separação da turma nas referidas disciplinas, há o nivelamento de alunos no ensino de idiomas. Atualmente a FGV Direito Rio oferece aulas de francês e inglês a seus alunos. O nivelamento para as aulas de inglês é feito por um profissional de empresa contratada, em uma sala de estudos reservada por determinado horário, em dois dias diferentes, na qual os alunos que desejam ingressar no curso, independente do período, realizam o teste, com duração de, aproximadamente, 10 minutos cada.

4.2 Políticas para a Pesquisa

A preocupação no desenvolvimento de atividades de pesquisa é um dos pressupostos essenciais da atuação institucional da FGV Direito Rio. As propostas de inovação científica estão alinhadas à produção de conhecimento aplicado pela graduação e pela pós-graduação e destinam-se à contribuição para o aperfeiçoamento dos entes públicos e da sociedade.

A orientação temática das atividades de pesquisa desenvolvidas pela FGV Direito Rio consubstancia-se em dois eixos: (i) Governança Regulatória, Instituições e Justiça e (ii) Economia, Intervenção e Estratégias Regulatórias. Para cumprir seu escopo, desenvolverá pesquisas sob diversas perspectivas metodológicas (empíricas, teóricas, dogmáticas, históricas e comparadas) para compreender assim as dinâmicas normativas e as várias dimensões regulatórias existentes na realidade jurídica brasileira.

A abordagem metodológica para a construção do conhecimento científico pauta-se no estímulo ao diálogo entre diversas áreas do saber, notadamente Direito, Economia e Ciência Política. Para o desenvolvimento da abordagem interdisciplinar do conhecimento, a FGV Direito Rio estabelece ações no sentido de:

- Disseminar as boas práticas de estudos de casos de diálogo entre diferentes disciplinas, ressaltando princípios e estratégias da interdisciplinaridade;
- Reforçar a integração das diferentes ações na pesquisa com as áreas de ensino e extensão;
- Estimular a pesquisa interdisciplinar, envolvendo esforços conjuntos entre diferentes áreas de conhecimento;



- Reestruturar e melhorar o acompanhamento das estruturas de nucleação da pesquisa na instituição: grupos, núcleos e centros de pesquisa;
- Acentuar a ação dos centros de pesquisa em áreas em que a FGV Direito Rio detém reconhecida competência, com foco na ação interdisciplinar.

Compreendidas como funções institucionais, a FGV Direito Rio definiu: (i) entender a atividade de pesquisa como o principal mecanismo do desenvolvimento científico e tecnológico e de transferência de conhecimento para a sociedade, com forte potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico, social e cultural; (ii) reforçar o papel da pesquisa como o grande diferencial de qualidade da FGV Direito Rio; (iii) integrar graduação e pós-graduação, promovendo a pesquisa consoante com as linhas de pesquisa do seu programa de pós-graduação; (iv) oferecer estruturas institucionais de nucleação de pesquisa; (v) integrar pesquisa, ensino e extensão; (vi) estimular a diversidade metodológica de realização de pesquisa.

Os objetivos gerais da política institucional de pesquisa estão centralizados em três pilares: a) desenvolver a pesquisa de modo a contribuir para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a melhoria da qualidade na prática de atividades acadêmicas norteadas por preceitos éticos; b) dialogar com as fronteiras do conhecimento, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, de forma a gerar, sistematizar, aplicar e difundir o conhecimento em suas várias formas de expressão e campos de investigação científica; c) cooperar para o aperfeiçoamento das instituições públicas.

São objetivos específicos da política institucional de pesquisa: a) oferecer ampla gama de áreas de formação aos estudantes de graduação e pós-graduação; b) aprimorar as avaliações externas de seus cursos de graduação e pós-graduação; c) ampliar e qualificar sua produção acadêmica, por meio de instituição de plano de incentivo à pesquisa; d) desenvolver qualificação científica da produção dos discentes e dos docentes.

Foram estipuladas como diretrizes da política institucional de pesquisa, que nortearão as atividades de pesquisa desenvolvidas na instituição: a) fomentar a participação de alunos de graduação nos projetos de pesquisa via concessão de bolsas de Iniciação Científica - IC, provenientes das agências de fomento ou da própria FGV; b) consolidação de grupos, núcleos e centros de pesquisa com a participação de docentes e alunos da graduação; c) estímulo a ação dos docentes, em especial os docentes credenciados permanentes em programas de pós-graduação, na pesquisa, pelo avanço do conhecimento nas diferentes áreas, ou na qualificação da atividade docente na graduação e pós-graduação; d) desenvolvimento de oportunidades internas de fomento e viabilização de pesquisas nas áreas menos privilegiadas, em projetos interdisciplinares.

A estrutura institucional em que as pesquisas são desenvolvidas está organizada da seguinte forma:



- a) Centros de Pesquisa – têm por finalidade geral conduzir pesquisas em diversas áreas do direito, sobre dinâmicas e fenômenos sociais.
- b) Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq – formalização dos projetos de pesquisa desenvolvidos por Professores e discentes.
- c) Agenda de eventos permanente - o estabelecimento de eventos de pesquisa permanentes possibilita a institucionalidade dos projetos desenvolvidos, bem como desenvolve processo de interação dentre discentes, docentes e profissionais de mercado e de instituições públicas.
- d) Mestrado em Direito da Regulação – tem por principal objetivo contribuir para o aprimoramento da pesquisa nacional na área regulatória, visando a ser uma referência no Brasil e no exterior na área. Para tanto, o programa vem desenvolvendo estudos e pesquisas destinados à compreensão adequada dos diferentes aspectos por trás do exercício de atividades regulatórias.
- e) Núcleos pertencentes aos Centros – são grupos específicos de desenvolvimento de um determinado segmento de extensão relacionado às temáticas dos Centros.
- f) Programa de Iniciação Científica – iniciativa fomentada por meio do O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de recursos humanos para a pesquisa desde a graduação, contribuindo para redução do tempo de titulação de mestres e doutores e articulando a interação entre a graduação e a pós-graduação.

4.3 Políticas para a Extensão

A Constituição Brasileira de 1988 consagrou o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.⁶ A Lei de diretrizes e bases da educação nacional estabeleceu como uma das finalidades do ensino superior a promoção da extensão.⁷ Constitui também diretriz curricular nacional do curso de graduação em Direito o incentivo à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino.

Atenta a esses comandos, a FGV Direito Rio adota o seguinte conceito de extensão: um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição de ensino e outros setores da sociedade. Nessa linha, as ações de extensão (i)

⁶ Cf. "Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão." BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

⁷ Cf. "Art. 43. A educação superior tem por finalidade: (...) VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição." BRASIL. *Lei Nº 9.394/1996 (LDB)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em 13 de julho de 2018.



envolvem a comunidade externa e acadêmica, (ii) são desenvolvidas com a participação de estudantes e professores do curso e (iii) devem retornar à FGV Direito Rio como reflexão do e para o curso.

Nesse contexto, e considerando a responsabilidade social da instituição, a FGV Direito Rio contempla os seguintes objetivos de extensão:

- Promover a interação entre ensino e pesquisa da FGV Direito Rio com a sociedade;
- Promover a reflexão ética, comprometida com os valores democráticos;
- Contribuir para a formação integral e qualificação acadêmica e profissional dos estudantes, alinhada ao perfil do egresso, inclusive por meio de atividades complementares;
- Atuar na produção de conhecimento e construção de saberes para o aperfeiçoamento das instituições, inclusive por meio da divulgação das pesquisas desenvolvidas nos Centros de Pesquisa da FGV Direito Rio;
- Incentivar a busca por soluções para problemas concretos em nível local, regional e/ou nacional, inclusive por meio do aproveitamento da prestação de serviços do Núcleo de Prática Jurídica da FGV Direito Rio, cuja atuação pode gerar publicações e debates públicos;
- Colaborar com iniciativas que expressem o compromisso social da FGV Direito Rio com o respeito à diversidade e a repulsa aos atos de discriminação de raça, cor, origem, gênero, estética pessoal, condições físicas, nacionalidade, sexo, idade, estado civil, orientação sexual, posição social, religião e outros atos que firam a dignidade das pessoas.

Para a concretização desses objetivos, a FGV Direito Rio prevê as seguintes atividades de extensão:⁸

- Programas: como o Programa de Atividades Complementares;

⁸ Pode-se utilizar como referência de conceitos para as citadas atividades de extensão aqueles previstos no art. 7º do Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010:

“Art. 7º. Consideram-se atividades de extensão, para os fins deste Decreto:

I - programa: conjunto articulado de projetos e ações de médio e longo prazos, cujas diretrizes e escopo de interação com a sociedade, no que se refere à abrangência territorial e populacional, se integre às linhas de ensino e pesquisa desenvolvidas pela instituição, nos termos de seus projetos político-pedagógico e de desenvolvimento institucional;

II - projeto: ação formalizada, com objetivo específico e prazo determinado, visando resultado de mútuo interesse, para a sociedade e para a comunidade acadêmica;

III - evento: ação de curta duração, sem caráter continuado, e baseado em projeto específico; e

IV - curso: ação que articula de maneira sistemática ensino e extensão, seja para formação continuada, aperfeiçoamento, especialização ou disseminação de conhecimentos, com carga horária e processo de avaliação formal definidos.” BRASIL. Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7416.htm>. Acesso em: 13 de julho de 2018.



- Projetos: fundamentalmente aqueles desenvolvidos nos Centros de Pesquisa;
- Cursos: como os oferecidos pelos Programas de Pós-graduação;
- Eventos: incluindo os promovidos pela graduação, pós-graduação *stricto* e *lato sensu*, e Centros de Pesquisa;
- Prestação de Serviços: como aqueles prestados no âmbito do Programa de Clínicas do Núcleo de Prática Jurídica.



5. Organização Administrativa e Políticas de Gestão

A FGV Direito Rio adota uma política de gestão profissional, participativa, democrática, voltada à conduta ética e moral. A regulamentação quanto à função e ao funcionamento da gestão acadêmica e administrativa, do organograma e dos órgãos deliberativos, encontra-se destacada no Regimento Interno da Escola. Suplementarmente ao seu Regimento, a FGV Direito Rio adota uma política voltada à profissionalização de seu corpo gestor, corpo docente e corpo técnico-administrativo, ministrando cursos de atualização, capacitação e treinamento.

Todos os instrumentos de gestão têm a finalidade de desenvolver mecanismos de informação. Quer-se com isso produzir dados e aperfeiçoar instrumentos decisórios, oferecer infraestrutura física adequada, com pessoal capacitado que possa propiciar suporte necessário para que o corpo diretivo desenvolva com êxito o cumprimento de seu plano de desenvolvimento institucional definido neste documento.

5.1 Autonomia da Faculdade em relação à Mantenedora

A Fundação Getúlio Vargas é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, situada na Praia de Botafogo, nº 190, Botafogo, CEP 22253-900, com Estatuto registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob o nº 15.987, em 10/12/2007 – Protocolo nº 200711281530268.

A FGV é responsável perante as autoridades públicas e o público em geral pela FGV Direito Rio, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias para o bom funcionamento da Escola, respeitados os limites da Lei e Projeto Pedagógico, com responsabilidade civil, relação institucional e limitação de competências, garantindo a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

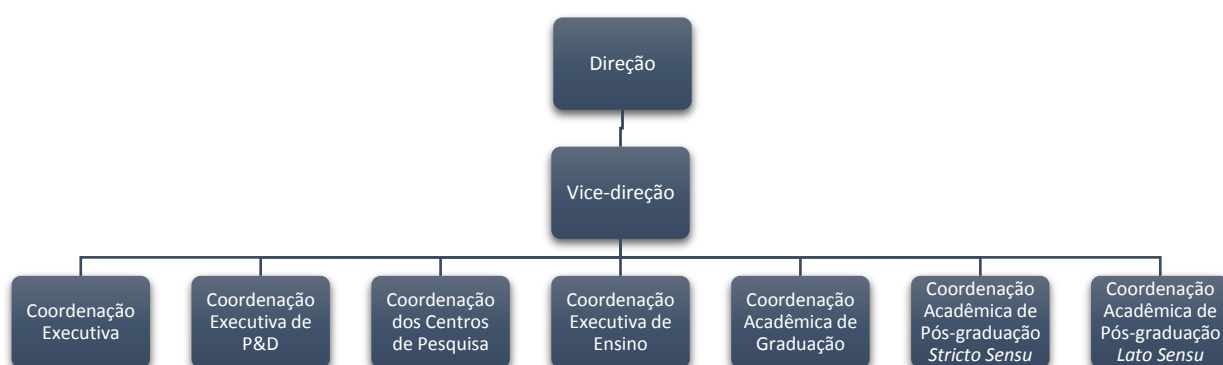
À FGV reserva-se a administração orçamentária da FGV Direito Rio podendo delegá-la, no todo ou em parte, ao Diretor. Dependem da aprovação da Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas e/ou impliquem riscos para a Instituição.



5.2 Estrutura Organizacional (com organograma)

A FGV Direito Rio, em virtude da sucessão na sua Diretoria, repensou uma nova estrutura para a Escola, criando um redesenho institucional, com mais sinergia entre as equipes e maior visibilidade das áreas no novo espaço físico, garantindo, dessa forma, mais inovação, maior diversidade entre as áreas e gerando um local de maior diálogo com o corpo docente. Essa reorganização da Escola procura evidenciar a ética e os valores que norteiam as atividades da FGV e da Escola e busca o aperfeiçoamento e o fortalecimento das iniciativas que tragam impacto e destaquem a importância da sua responsabilidade social.

A Resolução Administrativa 017/17, que trata da Estrutura Gerencial da Escola, estabeleceu a seguinte composição: Direção/Vice direção, Coordenação Executiva, Coordenação Executiva de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Coordenação dos Centros de Pesquisa, Coordenação Executiva de Ensino, Coordenação Acadêmica de Graduação, Coordenação Acadêmica de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Coordenação Acadêmica de Pós-Graduação *Lato Sensu*, conforme Organograma abaixo:



Com o intuito de trazer mais sinergia entre as equipes, a nova Diretoria criou 3(três) Coordenações Executivas com o objetivo geral de apoiar os objetivos estratégicos da Escola visando ao aperfeiçoamento contínuo e à excelência de suas atividades fim. Entende-se como função das Coordenações implantar controles para otimizar os recursos e controlar os gastos, fomentar programas internos de integração entre as equipes, criar programas institucionais da Escola, estimular parcerias de trabalho com outras áreas da FGV e incentivar boas práticas. Mais especificamente, as Coordenações Executivas têm as seguintes atividades:

- Coordenação Executiva: responsável pela gestão de temas como Administração Geral, Recursos Humanos, Finanças e Orçamento, além do apoio no Planejamento e Acompanhamento de Metas a ser realizado pela Direção;
- Coordenação Executiva de Ensino: responsável pela gestão das atividades administrativas e operacionais relacionadas aos cursos de Graduação e Pós-graduação



(*lato e stricto sensu*), especialmente no que se refere à Qualidade, Compliance, Regulação Educacional, aos programas de sustentabilidade econômico e financeiro dos cursos e projetos acadêmicos;

- Coordenação Executiva de Pesquisa e Desenvolvimento: responsável pelas áreas de Difusão da Escola, aí incluídas as ações de comunicação, marketing, eventos e Publicações, Relações Internacionais, Escritório de Pesquisas – para acompanhamento gerencial e fomento à captação – e implementação do Projeto Alumni da FGV Direito Rio.

Foram mantidas as Coordenações Acadêmicas dos Centros de Pesquisa, bem como das áreas de Graduação, Pós-graduação *Lato Sensu* e Pós-graduação *Stricto Sensu*.

As atribuições e competências da Diretoria e das Coordenações estão detalhadas no Regimento Interno da FGV Direito Rio.

5.3 Órgãos Colegiados

A atuação dos órgãos colegiados da FGV Direito Rio garante, na prática, a participação da comunidade acadêmica na busca pela descentralização do poder e da consciência social para a oferta de uma educação de qualidade e diferenciada. Como parte de um processo de democratização, torna-se importante a compreensão dos órgãos colegiados, pois é uma das características da gestão democrática, na questão da tomada de decisões coletivas, envolvendo toda a comunidade acadêmica. Uma gestão considerada democrática investe na autonomia dos sujeitos para o compartilhamento das decisões, identificando o potencial de colaboração de cada pessoa e representantes de segmento, promovendo um trabalho coletivo num ambiente voltado para a busca e alcance dos objetivos primordiais estabelecidos em seu projeto de desenvolvimento, abrangendo ainda seus princípios éticos.

São órgãos colegiados e comissões mantidas pela FGV Direito Rio: (a) Colegiado do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*; (b) Núcleo Docente Estruturante, (c) Comissão Própria de Avaliação e (d) Comissão de Ética e Integridade Acadêmica.

O Colegiado do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* (PPGD) é composto por todos os docentes permanentes vinculados ao PPGD, inclusive o seu Coordenador, e por um representante do corpo discente.

Este Colegiado, que tem suas competências descritas no Regulamento do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, possui as seguintes atribuições:

- Definir a política, o planejamento e o acompanhamento das atividades do programa;



- Aprovar alterações no Regimento Interno do PPGD;
- Deliberar sobre a criação, extinção ou desmembramento de linhas de pesquisa;
- Indicar anualmente a comissão de seleção dos candidatos ao PPGD, definindo o calendário e as diretrizes gerais do processo de seleção;
- Aprovar os convênios que envolvam o PPGD;
- Propor a aquisição de acervo para a biblioteca;
- Elaborar proposta de alteração das normas específicas do Programa de Mestrado, encaminhando-a para apreciação e aprovação da Direção da FGV Direito Rio;
- Propor as medidas necessárias à integração da Pós-graduação *stricto sensu* com o ensino de graduação;
- Propor e avaliar o credenciamento de novos professores ao PPGD;
- Deliberar sobre o descredenciamento ou sobre a alteração do vínculo dos professores do PPGD;
- Nomear os integrantes da Comissão de Pós-Graduação, homologar e, desde que motivadamente, rever as suas decisões;
- Elaborar resoluções, após aprovação por maioria absoluta de seus membros, sobre os temas de sua competência;
- Deliberar sobre a realização de estudos de pós-doutoramento junto ao PPGD; e
- Pronunciar-se sobre temas de interesse geral do PPGD.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), instituído pela Resolução Acadêmica 007/17, é composto por professores do curso de graduação, com liderança acadêmica e presença efetiva no desenvolvimento do curso. O NDE possui as seguintes competências:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação;
- Supervisionar a atualização do conteúdo das disciplinas e avaliação dos materiais didáticos;
- Participar do processo de seleção para novos professores da Escola;
- Participar no processo de avaliação dos professores em conjunto com a Coordenação de Graduação;



- Opinar quanto à pertinência e viabilidade dos projetos de ensino da Graduação; e
- Sugerir disciplinas eletivas.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída pela Resolução Acadêmica 004/18, é composta por 13 (treze) membros, sendo quatro representantes do corpo docente; três do corpo discente (graduados, pós-graduados e egressos); três do corpo técnico-administrativo e três representantes da sociedade civil organizada. Ela possui as seguintes atribuições:

- Coordenar os processos internos de autoavaliação da instituição contemplando análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, finalidade, compromisso e responsabilidade social da FGV Direito Rio, observando os requisitos legais e regulatórios;
- Sistematizar as informações necessárias visando à implementação dos processos avaliativos definidos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- Elaborar relatórios anuais solicitados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- Apreciar e aprovar instrumentos e processos de avaliação aplicados no âmbito da Escola;
- Dar ampla divulgação aos procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; e
- Participar de reuniões de planejamento e acompanhar as visitas *in loco* de todos os processos avaliativos da Escola.

A Comissão de Ética e Integridade Acadêmica da FGV Direito Rio, disposta pela Resolução Administrativa 008/18, tem por principal função promover a observância dos princípios que norteiam a vida acadêmica na Escola, a fim de que haja, ao longo do curso, um ambiente de integridade, honestidade e confiança.

Esta Comissão é composta por no mínimo três professores, um funcionário e dois alunos, sendo um deles integrante da diretoria do Centro Acadêmico Mário Machado e o outro integrante do corpo discente da graduação ou mestrado, todos nomeados pelo Diretor da Escola.

Comissão de Gestão do Programa de Iniciação Científica (PIC) da FGV Direito Rio foi estabelecido por meio da Resolução Acadêmica 002/2018 e tem como seus objetivos gerir as atividades do Programa. Os objetivos do PIC são estimular a produção científica, despertar a vocação científica dos estudantes, aprofundar as interações entre a graduação e a pós-graduação da FGV Direito Rio e uniformizar os procedimentos de apresentação e divulgação dos resultados de projetos de pesquisa.



Compete à Comissão:

1. Preparar edital no início de cada ano letivo convidando os professores da FGV Direito Rio a apresentarem projetos de pesquisa que almejam contar com bolsistas de iniciação científica e indicando as regras e condições para a submissão de propostas;
2. Definir os critérios para a concessão das bolsas para os alunos e a conclusão da sua participação nos projetos;
3. Acompanhar o funcionamento do Programa; e
4. Propor melhorias no Programa.

5.4 Interação com as outras unidades/setores da mantenedora

A FGV Pró-Reitoria foi estruturada para criar uma sinergia acadêmica entre as Escolas da Fundação Getúlio Vargas. Em face das demandas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a FGV Pró-reitoria tem por objetivo orientar, apoiar, avaliar e acompanhar o desempenho acadêmico das Escolas da FGV, bem como assistir à Administração Superior da FGV, quando demandada.

A Biblioteca Mário Henrique Simonsen (BMHS) da FGV, organizada segundo os princípios internacionalmente aceitos da biblioteconomia, é especializada para uso do corpo docente e discente, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

O Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) é órgão da FGV para mediar as situações relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem docente e discente.

A Ouvidoria Acadêmica da FGV é vinculada a Pró-Reitoria e atua com autonomia e absoluta imparcialidade, vinculada diretamente à direção da instituição, com o objetivo de zelar pelos princípios da legalidade, moralidade e eficiência administrativa, resguardando o sigilo das informações.

A Secretaria de Registro Acadêmico/RJ (SRA) é o órgão da FGV responsável por organizar, controlar, supervisionar e exercer as atividades referentes à matrícula e aos registros acadêmicos, a expedição de diplomas, certificados e demais documentos de identidade acadêmica dos alunos de graduação, mestrado e doutorado, bem como manter os necessários registros dos cursos e programas ministrados pela Escola.

A Diretoria de Operações (DO) tem como objetivo apoiar as unidades e Escolas da FGV nas atividades de serviços compartilhados, tais como, tecnologia da informação, administração e manutenção da infraestrutura predial, obras e reformas, administração patrimonial, compras



corporativas, recursos humanos, serviços jurídicos, e registro/serviços acadêmicos. A DO também supervisiona e coordena, matricialmente, a Diretoria de Recursos Humanos e a Superintendência Jurídica.

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH) desenvolve atividades, a fim de agregar novos valores e assessorar as diversas Unidades e Escolas na busca, capacitação e desenvolvimento de seus talentos humanos, zelando pelo seu bem-estar, além de processar informações e dados referentes à vida dos funcionários, mantendo seus registros atualizados e garantindo sempre a excelência no atendimento permanente à satisfação do cliente interno e externo.

A Diretoria de Comunicação e Marketing (DICOM) é a área da FGV responsável por desenvolver e implementar as ações de comunicação e marketing, zelando pela solidez da marca e pela manutenção de sua credibilidade junto ao público interno e externo. Entre as funções da DICOM, estão a criação de políticas e processos que alinhem as atividades de comunicação e marketing, publicidade, assessoria de imprensa, produção de conteúdo, sites, *newsletters*, comunicação interna, eventos, produção e distribuição de brindes, inteligência de mercado, *call center*, DBM, *design* e marketing digital – direcionadas aos públicos nacional e internacional.

A Controladoria da FGV tem por objetivo prestar assessoramento financeiro-contábil à Direção da Escola, respondendo, também, à Superintendência de Controladoria da Mantenedora.

O Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE) atua na distribuição de programas de educação executiva junto às Instituições Conveniadas da FGV, presentes em mais de 120 cidades brasileiras. Oferece ainda programa de cursos customizados para empresas, instituições públicas, universidades corporativas e organizações do terceiro setor por meio de sua área In Company, bem como cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão à distância (FGV Online), desenvolvidos na interface com as Escolas da FGV.

5.5 Interações com a Comunidade, Instituições e Empresas

A FGV Direito Rio promove, por meio de suas coordenações, atividades de extensão junto à comunidade, instituições e empresas. Essa política institucional da Escola se dá por meio de ações tanto para a comunidade de alunos de ensino médio como para o corpo discente.

O curso “Experiência FGV Direito Rio” se insere nesse contexto. O curso é um programa de extensão voltado a alunos do Ensino Médio das redes pública e privada. Além de proporcionar conhecimento básico sobre diferentes áreas do direito, o curso de 30 horas permite ao aluno conhecer a atmosfera acadêmica do Ensino Superior e a metodologia inovadora da FGV Direito Rio.



Em relação as interações frente a instituições e empresas, o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é responsável pela formalização e gestão de estágios remunerados não obrigatórios, assim como o estabelecimento de parcerias e clínicas junto a entidade e organizações. Os frutos dos trabalhos desenvolvidos nas clínicas são objeto de reflexão e análise posteriormente publicadas em edição especial dos Cadernos FGV Direito Rio. As publicações são lançadas em evento com debate público e buscam gerar impactos positivos nas instituições e na formulação de políticas públicas.

A FGV Direito Rio também promove ações que visam inserir o corpo discente frente a oportunidades de estágios não remunerados por meio de feiras de estágio e convênios com escritórios de advocacia.

5.5.1. As ações de transparência e divulgação de informações da instituição

A comunicação institucional da FGV Direito Rio objetiva estabelecer estratégias e implementar ações para consolidar a imagem institucional junto ao público interno e externo, de forma a dar visibilidade às realizações da Escola.

Para reforçar a visibilidade de sua imagem como instituição de excelência acadêmica, difunde informações de estudos, pesquisas, produções acadêmicas, eventos, atividades de ensino e extensão, políticas e práticas da Instituição, enfatizando sua missão, valores e objetivos.

A comunicação pauta-se pela exigência de manter canais e fluxos de comunicação, bem como de favorecer a socialização de informações. Para isso, utiliza canais diversificados, garantindo de forma atualizada, precisa e consistente, a construção de uma relação de confiança na informação.

5.5.2 Canais de Comunicação: Público Interno e Externo

A comunicação da IES com a comunidade interna promove a transparência institucional, por meio de canais diversificados, favorecendo o acesso a todos os segmentos da comunidade acadêmica. Os canais de comunicação externa divulgam informações de cursos, programas, de extensão e pesquisa, e publicam documentos institucionais relevantes, conforme detalhado abaixo.

Site da FGV Direito Rio: O principal canal de comunicação com o público externo e interno é o portal da FGV Direito Rio (<http://direitorio.fgv.br>). O portal da Escola atende ao objetivo de comunicação oferecendo acesso simplificado a todo o seu conteúdo.

Constam no site informações detalhadas sobre os Centros de Pesquisa da Escola, os cursos de graduação com seu núcleo de prática jurídica, os cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, o regulamento interno dos programas, corpo docente com *link* para os respectivos currículos *Lattes*, informações sobre os processos de seleção, calendários, edital, página personalizada dos



discentes, informações sobre a estrutura organizacional e notícias sobre os principais eventos realizados.

Além disso, disponibiliza o conteúdo integral das dissertações defendidas pelos alunos do mestrado acadêmico na biblioteca virtual da FGV (<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13732>) em área específica para divulgar as produções docentes e discentes como coletâneas com os discentes, trabalhos de iniciação científica, artigos produzidos nas oficinas de pesquisa da graduação, trabalhos de conclusão de curso e as principais obras do corpo docente.

Para divulgar a produção dos professores, a Escola disponibiliza *links* para as suas principais produções. Para ampliar a visibilidade, a instituição conta ainda com a Revista de Direito Administrativo, com classificação Qualis A2, que disponibiliza integralmente os seus textos para a comunidade na página <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/issue/archive>.

Redes Sociais: As redes sociais são acessadas tanto por alunos quanto por outros públicos que têm algum interesse em conhecer ou se relacionar com a instituição. A Escola também tem utilizado as redes sociais para disseminação de suas ações como: publicações diárias, postagem em tempo real de eventos, atividades, notícias e assuntos relacionados às atividades da Escola e temas de interesse da comunidade.

Cartazes, folhetos, flyers e outros impressos: Estes instrumentos de comunicação são regularmente utilizados pela Escola, sendo disponibilizados em espaços próprios ou externos com circulação natural de pessoas. São meios importantes de informação e divulgação, acessíveis a todos os estudantes, colaboradores, professores, coordenadores e comunidade.

E-mail corporativo: É um dos principais canais de comunicação da Escola com seu público interno. Disponibiliza informações relevantes ao corpo técnico-administrativo, docentes e discentes da Escola, tais como informações institucionais, comunicados, informes, legislação, programas internos, além de notícias de caráter geral.

Ouvidoria: É um canal para atendimento da comunidade interna e externa. Tem o intuito de conhecer o grau de satisfação do usuário, buscar soluções para as questões levantadas, acompanhar e monitorar demandas, mediar conflitos e oferecer sugestões aos gestores para o aprimoramento das atividades desenvolvidas.

A Ouvidoria realiza seu trabalho de forma autônoma e imparcial e tem o compromisso de defender os direitos humanos, promover a cidadania, fomentando a manifestação da comunidade e gerando insumos para a melhoria da qualidade institucional.



Fale Conosco: Importante canal de comunicação entre o cidadão e a Escola, disponível no site da Direito Rio, no qual são recebidas vários tipos de mensagens como dúvidas, esclarecimentos, informações, sugestões, solicitações e reclamações, que são distribuídas por categoria, de acordo com a área de atuação.

Portal do Aluno: Área de acesso exclusivo de alunos que oferece serviços *on-line* com o objetivo de facilitar o atendimento de algumas solicitações e serviços, evitando filas e promovendo comodidade ao estudante, que pode fazer a solicitação a qualquer hora.

Atendimento presencial: Suporte presencial aos alunos e interessados realizado pelas áreas de atendimento e coordenações.

Assessoria de imprensa: Empresa especializada em relações públicas que mantém relacionamento constante com jornalistas de todo o Brasil para divulgar informações sobre a instituição.



6. Gestão de Pessoal

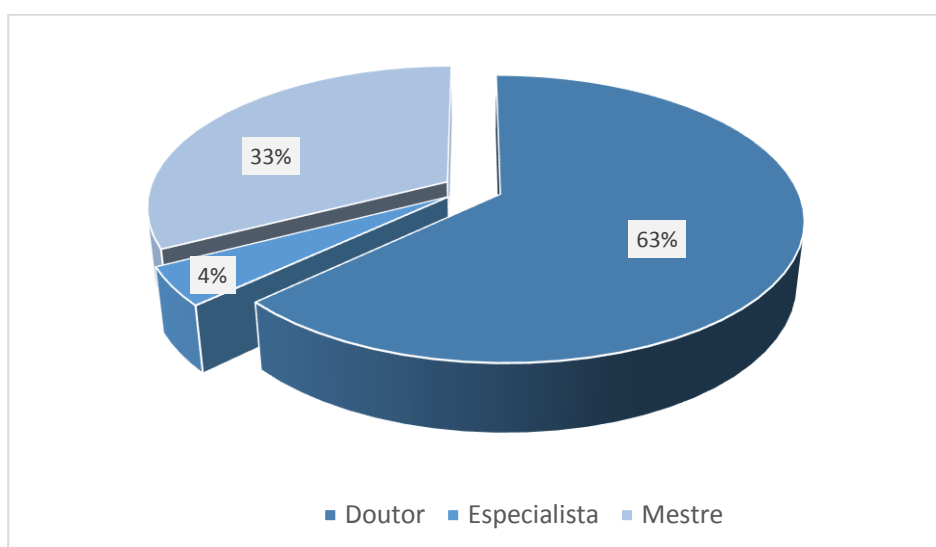
A gestão de pessoas envolve admissão, gerenciamento, desenvolvimento da força de trabalho e avaliação de desempenho para fins de estabilidade ou progressão na carreira. A FGV Direito Rio estrutura sua política de gestão de pessoal por meio da Coordenação Executiva que, dentre suas competências exclusivas, estrutura a capacitação e formação continuada do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.

O corpo docente da Escola é composto em sua maioria por Doutores e Mestres na área de Direito, tendo seu regime de trabalho e progressão de carreira balizados pelas práticas da Mantenedora por meio do Plano de Cargos e Salários da Fundação Getulio Vargas (PCS). O PCS compreende tanto o corpo docente como o corpo técnico-administrativo. Isto posto, as funções do corpo docente, corpo técnico-administrativo e pesquisadores estão previamente definidas e estruturadas, o que garante, por sua vez, um instrumento de excelência para a gestão de pessoal da Escola.

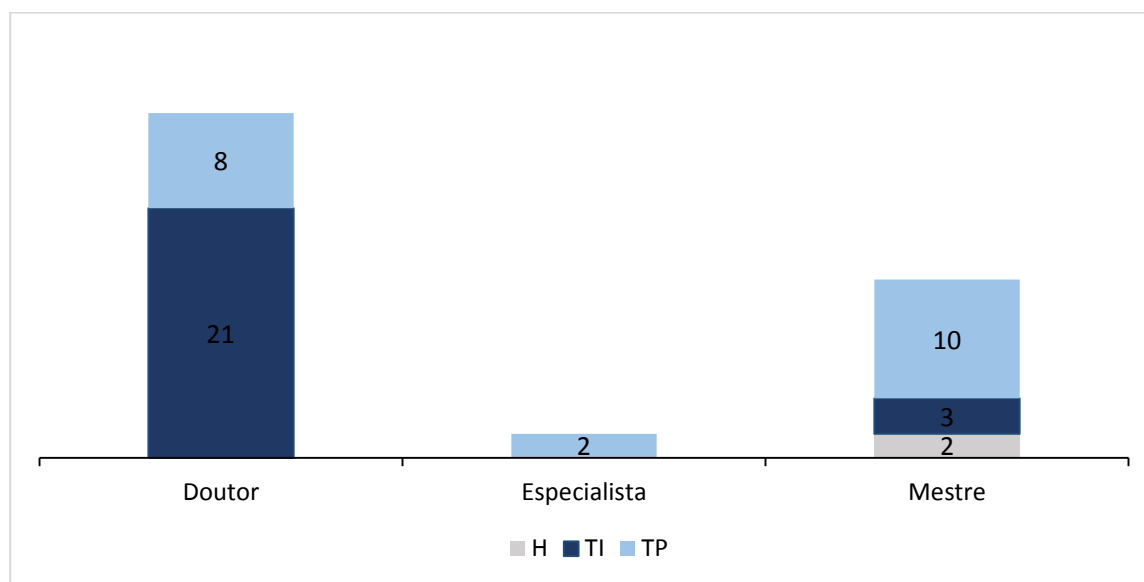
6.1 Corpo Docente

Os docentes vinculados a FGV Direito Rio dispõem de formação acadêmica de qualidade, obtendo suas qualificações em importantes centros e universidades nacionais e internacionais. Não obstante o corpo docente da Escola tem participação profissional ativa, realizando outros trabalhos de caráter técnico, como consultorias, assessorias e pareceres, contribuindo assim para a relação de fomento entre o campo prático e acadêmico dentro do cotidiano da instituição.

A composição do corpo docente da FGV Direito Rio conta com a atuação de 46 professores, sendo 63% destes doutores, 33% mestres e 4% especialistas.



Do total de professores vinculados a Escola hoje, 52% são de Tempo Integral e 44% de Tempo Parcial e 4% de horistas. Observando a correlação entre as duas variáveis – Titulação Acadêmica e Regime de Trabalho –, os professores de tempo integral contam com uma composição de 87,5% de doutores e 12,5% de mestres, enquanto nos professores de tempo parcial e horistas, a proporção estabelecida é de 40% de doutores e 60% de mestres e especialistas. O gráfico abaixo ilustra essa categorização:



A estrutura de seleção, contratação e substituição desses professores segue as definições balizadas dentro do PCS da Fundação Getúlio Vargas. A seleção é feita por meio de processo seletivo público, observando os requisitos para a vaga. Institucionalmente, as admissões tanto na carreira docente quanto na carreira técnico-administrativa ocorrem nos níveis iniciais: Para o magistério, no cargo de Professor(a) assistente; no caso do perfil técnico-administrativo, no cargo Júnior.

O procedimento para a contratação de pessoal é realizado por meio de Requisição específica para a Diretoria de Recursos Humanos (DRH) que analisa e encaminha a solicitação a ser aprovada pela Direção Superior da Fundação Getúlio Vargas. Para além dos critérios de seleção e contratação, existe também uma avaliação de desempenho e potencial capaz de prover a Escola de instrumentos analíticos com os indicadores de performance de cada funcionário.

A FGV Direito Rio instituiu resoluções normativas com o objetivo de consolidar e publicizar a política de gestão de pessoal da carreira docente. De forma estruturada, a Escola conta com regras de Credenciamento para o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*: A Escola dispõe de regulamento instituído por resolução normativa para credenciar e recredenciar os professores interessados na composição do corpo permanente docente com objetivo de garantir qualificação acadêmica do curso.



A FGV Direito Rio disponibiliza aos seus professores o Programa Sabático como forma de incentivar a realização de programas especiais de estudo, atividades de pesquisa e aperfeiçoamento profissional ou desenvolvimento de novos projetos, por meio de licença remunerada de até dois semestres. No ano de 2018, o professor Eduardo Jordão realizou estudos de pós-doutorado na Harvard Law School.

A Escola também dispõe do instrumento de Apoio Complementar à Pesquisa e ao Ensino para professores que participam de pesquisa científica dentro do regime de Tempo Integral. Esses docentes contam com um programa de estímulo específico para a produção acadêmica balizada em critérios avaliativos da CAPES. Com o intuito de incentivar a participação dos docentes e garantir a inserção e difusão da produção acadêmica da Escola dentro dos debates da área, tanto no cenário nacional ou internacional, os professores da FGV Direito Rio contam com fomento para a participação em eventos técnicos e científicos.

A política de estímulos e difusão para a produção científica dos docentes ainda conta com um setor de publicação específico – sob a Coordenação Executiva de Pesquisa e Desenvolvimento – que garante a disseminação e incidência dos livros, teses e relatórios produzidos pelo corpo docente. Importante notar que o setor também organiza e publica a Revista de Direito Administrativo que hoje está indexada no estrato Qualis A2, sendo este uma ferramenta essencial para a difusão da produção intelectual dos docentes na área.

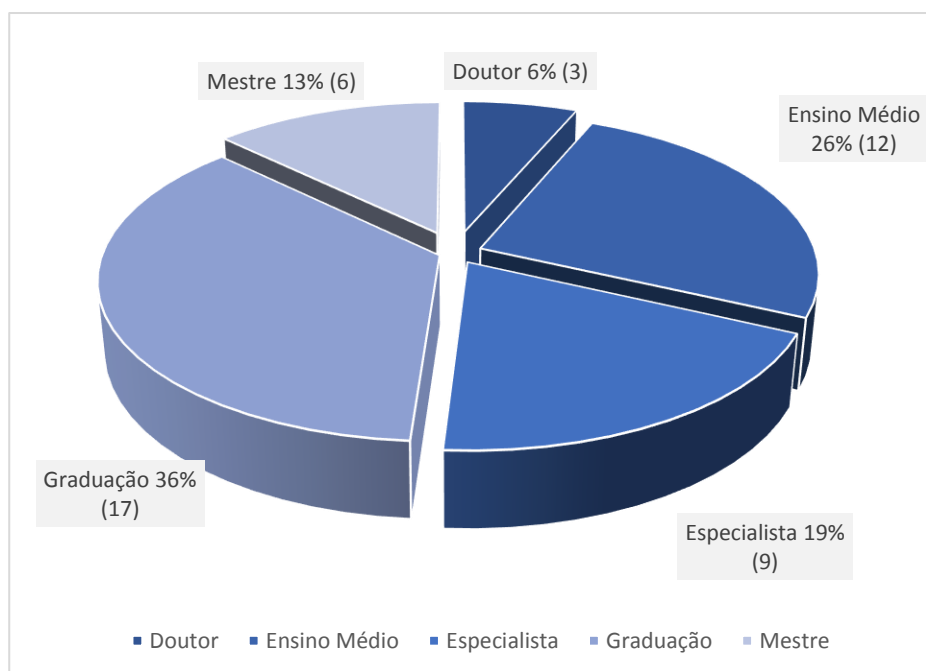
Desde 2013, o Programa Espaço Docente (ED) contempla tanto as necessidades docentes identificadas no processo de avaliação institucional como as demandas institucionais de excelência e de inovação no ensino do Direito. Este Programa foi estruturado a partir de 4 tipos de atividades:

1. Workshops para Novos Docentes, cujo objetivo é consolidar a concepção metodológica da instituição através de reflexões com os docentes sobre aspectos didático-pedagógicos do cotidiano das salas de aula.
2. Diálogos sobre Currículo e Docência, com o objetivo de apresentar planos de ensino e materiais didáticos das disciplinas do currículo atual do Direito por área temática.
3. Diálogos com, objetivando articular o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) aos planos de ensino e às práticas pedagógicas através de diálogos e questionamentos sobre o ensino do Direito na atualidade.
4. Círculos Debates em Ação, cujo objetivo é articular o PPC às atribuições dos assistentes acadêmicos.

6.2 Corpo Técnico-Administrativo

O corpo técnico-administrativo da Escola é formado por 47 profissionais, sendo 6% destes doutores, 13% mestres, 19% especialistas, 36% bacharéis e 26% têm o ensino médio completo.





Assim como o corpo docente, o Plano de Cargos e Salários da instituição regula e dita os critérios de seleção, contratação e substituição do corpo técnico-administrativo. A Escola também estabeleceu, por meio de Resolução Normativa, normas e procedimentos internos para a contratação de funcionários, estagiários e prestadores de serviço para a FGV Direito Rio, de forma a estipular os critérios e requisitos internos para a contratação e substituição dos funcionários. Importante salientar que – nos casos de movimentação do funcionário dentro da FGV – existe a possibilidade de transferência de classe e carreira; isto é, uma vez identificado algum potencial no funcionário, é possível movimentação para outra categoria e classe distintas.

A FGV Direito Rio conta com uma área encarregada de organizar e oferecer sustentação às ações específicas para o pleno desenvolvimento da política de pessoal. A FGV Direito Rio lança mão de ferramentas que auxiliam o processo de gestão de pessoas e indicam elementos proeminentes em relação ao uso das mesmas para a maximização dos resultados esperados, tais como:

- a) treinamento de pessoal a partir de técnicas de diagnóstico das necessidades, desenvolvimento e implementação de programas de treinamento, acompanhamento contínuo e avaliação periódica;
- b) recrutamento e seleção de pessoal, através da identificação do perfil desejado, investigação das características de formação do candidato;
- c) entrosamento de equipe com dinâmica, debates e confraternização;
- d) formação profissional continuada; e
- e) sinergia do trabalho pela articulação dos diferentes setores.

O desenvolvimento integral do funcionário e seu autoconhecimento constituem-se objeto de preocupação e zelo da Escola, que promove uma série de atividades voltadas à integração dos



profissionais e para a preparação dos funcionários, como por exemplo, por meio da realização de palestras para novos colaboradores e estagiários sobre a FGV, suas unidades, áreas de atuação e normas e recomendações sobre comportamento (vestimenta, utilização de redes sociais, redação de e-mail, atendimento telefônico etc.); e, exposição da FGV Direito Rio com detalhamento de organograma, missão, estrutura e atuação de cada área.

Ainda como política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo, a FGV Direito Rio tem uma estratégia continuada de apoio a qualificação. Dessa forma, bolsas de estudo de até 100% são ofertadas para funcionários que desejam realizar cursos de graduação e pós-graduação. Não obstante, a FGV Direito Rio apoia a participação do corpo técnico em formações, cursos de capacitação e treinamentos no Rio de Janeiro e no Brasil.

6.3 Tutores e Professores Autores – FGV Online

Pelas características do curso de Direito e no caso do modelo de EAD praticado pela FGV, as alunas e alunos do curso podem optar por disciplinas on-line ao longo da graduação e pós-graduação. No modelo EAD da FGV, o corpo docente é dividido em duas categorias: Tutores e Professores Autores.

Os professores autores possuem a titulação mínima de mestre e são responsáveis por selecionar e elaborar o conteúdo da disciplina e as atividades relacionadas ao conteúdo, selecionar e elaborar o conteúdo complementar à disciplina a ser disponibilizado no ambiente on-line em mídias e formatos diversificados, elaborar os instrumentos de avaliação do aluno, considerando as determinações estabelecidas nas diretrizes do FGV On-line e selecionar e indicar as referências bibliográficas para o conteúdo da disciplina.

Os tutores, por sua vez, precisam ter titulação acadêmica superior ou igual à especialização, não obstante ter comprovada experiência acadêmica e profissional na área em que irá realizar o acompanhamento e atuação dentro do ambiente on-line. São atividades do tutor: Estimular a aprendizagem dos alunos, estabelecer e focar os objetivos das discussões, conduzir e mediar as discussões na sala de aula virtual e nas reuniões on-line, esclarecer as dúvidas e orientar os alunos sobre os procedimentos do curso, conduzindo-os aos canais adequados de atendimento, dentre outras.



7. Organização Didático-Pedagógica: Oferta de Cursos e Programas

A FGV Direito Rio oferece cursos em nível de graduação e pós-graduação, sendo um curso em nível de graduação (bacharelado em Direito), um curso em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico em Direito da Regulação) e vários cursos em nível de pós-graduação *lato sensu*, presenciais e à distância.

Todos encontram-se devidamente regulamentados, tanto a Escola de Direito do Rio de Janeiro, quanto os cursos de graduação e pós-graduação, conforme poderá ser verificado nos itens subsequentes. Os cursos ofertados pela FGV Direito Rio, além de atenderem as exigências legais para oferta, também possuem ótimas avaliações em exames nacionais, como ENADE, Exame da OAB e resultados de visitas *in loco*.

Pela terceira vez consecutiva a FGV Direito Rio recebeu o reconhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil com o selo OAB Recomenda evidenciando, segundo critérios objetivos, a qualidade do projeto pedagógico da Escola e o desempenho dos alunos, num ambiente de forte comprometimento de professores e funcionários da FGV Direito Rio na permanente busca da excelência no ensino jurídico.

Além disso, a FGV Direito Rio recebeu o selo de Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001/2015, que reconhece internacionalmente a qualidade dos seus sistemas de gestão. Concedida pela British Standards Institution, a certificação representa uma confirmação ao mercado, de forma isenta, da preocupação da Escola com os seus processos gerenciais internos, na interação com seus colaboradores, professores ou alunos.

Tudo isso vem evidenciar a qualidade dos projetos pedagógicos de seus cursos, em todos os níveis, deixando claro os resultados das ações vinculadas a sua filosofia de pioneirismo, inovação e diferencial no ensino do Direito.

7.1 Ensino de Graduação

O curso de graduação iniciou suas atividades de ensino em fevereiro de 2005, em regime de turno integral, conforme atos autorizativos e demais informações descritas a seguir:

- Portaria de Autorização: Portaria MEC Nº 2095, de 05 de agosto de 2003;
- Código do curso: 65859;
- Grau: Bacharelado em Direito;
- Vagas autorizadas na abertura: 100 vagas anuais;



- Vagas anuais atualmente: 180 (Portaria MEC Nº 258, de 12 de abril de 2018);
- Modalidade: Presencial;
- Periodicidade: Semestral;
- Carga horária mínima: 3.750 horas (no mínimo 10 e máximo 16 semestres);
- Portaria de Reconhecimento: Portaria MEC Nº 562, de 17 de abril de 2009;
- Portaria de Renovação de Reconhecimento: Portaria MEC Nº 419, de 08 de maio de 2017;
- Coordenador: Thiago Bottino do Amaral;
- Local de oferta: Praia de Botafogo, nº 190 – 8º, 9º e 13º andares, Botafogo – Rio de Janeiro – RJ;
- Conceito do Curso: 5 (2015);
- ENADE: 5 (2015); e
- Média de aprovação no exame da OAB: 97%.

O aluno pode ingressar no curso de graduação da FGV Direito Rio pelo processo vestibular, realizado uma vez ao ano, com entrada de duas turmas de 60 alunos cada. Outra forma de acesso ao curso é pela classificação dos candidatos no Enem, conforme as notas fornecidas pelo Instituto de Nacional de Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação – INEP/MEC.

Além das entradas descritas, é possível ainda o ingresso por meio dos exames internacionais IB e ABITUR FGV. Os candidatos são classificados de acordo com a nota obtida nos exames.

Os professores e alunos da FGV DIREITO RIO utilizam o ECLASS, uma ferramenta de gestão didática que facilita o processo de ensino e aprendizagem, através de instrumentos como chats, enquetes, fóruns, interação por webcam, acompanhamento do progresso do aluno, gerenciamento de livros, verificação de plágio, além de avisos e mensagens.

Com objetivo de transpor as barreiras da distância e otimizar o tempo dos alunos, a Fundação Getulio Vargas possui um programa, denominado FGV Online, o qual possibilita que o conhecimento produzido pelas Escolas e Unidades da FGV seja acessível a um grande número de alunos em todo o território nacional, por meio da oferta tanto de cursos criados em uma única mídia quanto daqueles que utilizam, paralelamente, internet, encontros presenciais, TV via satélite e *webcast*.

A Fundação Getulio Vargas é a primeira instituição brasileira a ser membro do *OpenCourseWare Consortium* – OCWC –, um consórcio de instituições de ensino de diversos países que oferece conteúdos e materiais didáticos sem custo, pela internet. Membro desde julho de 2008, o FGV Online venceu, em 2011, a primeira edição do *OCW People's Choice Awards* – premiação para as melhores iniciativas dentro do consórcio –, na categoria de programas mais inovadores e de vanguarda.



7.2 Ensino de Pós-Graduação *Lato Sensu*

A FGV Direito Rio oferece cursos de Pós-graduação *lato sensu* que são referência no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Seus cursos possuem formação multidisciplinar e objetivam preparar profissionais com habilidades para lidar com questões atuais e emergentes em um cenário de globalização.

Na metodologia acadêmica adotada, o aluno figura como elemento central do processo de aprendizagem, deixando para trás as exposições baseadas em dogmas e carentes de debates. Há, nos programas, aulas em que o método de casos é utilizado para fomentar discussões, estimular o raciocínio crítico e aprofundar conhecimentos, adaptado a uma linguagem desprovida de formalismo e não enciclopédica.

Essa metodologia está em correlação com a característica inovadora da FGV Direito Rio, que proporciona resultados positivos e refletem o compromisso direto com a consistência acadêmica dos programas oferecidos, a escolha de professores qualificados e reconhecidos em suas áreas de atuação. A infraestrutura de ponta, processo seletivo rigoroso e a utilização de metodologia inovadora no ensino do Direito são diferenciais que resultam em cursos com alto grau de aprovação pelo mercado.

7.2.1. Presencial

A FGV Direito Rio oferece seus cursos de Pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial, em Direito Empresarial, Direito Civil e Processual Civil, Compliance, Infraestrutura e Regulação, Negócios, Direito Societário e Mercado de Capitais e em Direito Tributário. A seguir os dados regulatórios para a modalidade presencial:

- Portaria de Credenciamento: vinculado ao credenciamento da FGV Direito Rio – Portaria Nº 2095, de 05 de agosto de 2003;
- Área: Ciências Sociais, Negócios e Direito;
- Grau: Especialização;
- Modalidade: Presencial;
- Periodicidade: anual;
- Carga horária mínima: 360 horas;
- Duração: 18 meses;
- Vagas oferecidas: 50 vagas anuais;
- Portaria de Recredenciamento: vinculado ao recredenciamento da FGV Direito Rio - Portaria MEC Nº 974, de 19 de setembro de 2018;
- Coordenador: Rafael Alves de Almeida;
- Local de oferta: Praia de Botafogo, nº 190 – 8º, 9º e 13º andares, Botafogo – Rio de Janeiro – RJ; Rua da Candelária, nº 60, Centro – Rio de Janeiro – RJ.



Para ter acesso ao curso, os candidatos devem inscrever-se no processo seletivo que é composto por análise curricular, na qual são verificados os históricos de experiência acadêmica e profissional, e entrevista para avaliar o candidato e transmitir noções mínimas acerca da metodologia da Escola e do funcionamento do curso, seus deveres no decorrer desse processo e elucidação de dúvidas que o candidato venha a apresentar.

O curso possui infraestrutura informatizada que proporciona melhoria na qualidade de aprendizado dos alunos, uma vez que tem acesso prévio ao programa das aulas, material didático, avisos e informações acadêmicas, debates e discussões em ambiente virtual, proporcionando maior interação entre alunos e professores.

7.2.2 Ensino à distância (EaD)

Em 2010 a FGV Direito Rio obteve seu credenciamento para oferta de cursos de Pós-graduação *lato sensu* na modalidade EaD. A seguir estão os atos e outros dados regulatórios da modalidade a distância:

- Portaria de Credenciamento: Portaria MEC Nº 922, de 27 de julho de 2010;
- Grau: Especialização;
- Modalidade: EaD;
- Periodicidade: anual;
- Carga horária mínima: 360 horas;
- Duração: 15 meses;
- Vagas oferecidas: 50 vagas anuais;
- Portaria de Recredenciamento: Portaria MEC Nº 918, de 15 de agosto de 2017;
- Coordenador: Rafael Alves de Almeida;
- Local de oferta: Praia de Botafogo, nº 190 – 8º, 9º e 13º andares, Botafogo – Rio de Janeiro – RJ; Rua da Candelária, nº 60, Centro – Rio de Janeiro – RJ.

Para ter acesso aos cursos, os candidatos passam pelos mesmos procedimentos de acesso ao curso na modalidade presencial, ou seja, devem inscrever-se no processo seletivo que é composto por análise curricular, em que são verificadas sua qualificação profissional e acadêmica em relação ao curso pretendido e, caso necessário, poderá passar por entrevista para seleção final.

Os recursos tecnológicos disponíveis são aplicados a todas as disciplinas oferecidas nos cursos, que contam com ferramentas como E-books ou apostilas, videoaulas e web aulas. Todas estas ferramentas devem ser acessadas, e seus conteúdos analisados pelos alunos, pois elas se complementam. Dessa forma, a participação e as intervenções dos alunos em debates, discussões e fóruns realizados no ambiente da Sala de Aula Virtual, bem como a qualidade de seus comentários, serão pautadas e potencializadas pelo estudo prévio dos conteúdos a sua disposição.



Os cursos oferecem seminários presenciais, que ocorrem aos sábados, e a presença dos alunos é obrigatória. Nesses encontros, são realizados *workshops* que abordam temas relevantes e atuais, promovendo *network* entre os alunos de diferentes cursos de pós-graduação da FGV Direito Rio e de outras escolas da FGV. O encontro é ministrado por um professor da FGV, com formação acadêmica e experiência profissional na área.

Os cursos proporcionam desenvolvimento interdisciplinar de valores, conhecimentos e habilidades técnicas, necessárias ao enfrentamento dos modernos desafios que se apresentam nas áreas jurídica e empresarial.

7.3 Ensino de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Credenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em março de 2013, o Mestrado Acadêmico em Direito da Regulação da FGV Direito Rio teve sua primeira turma iniciando em 2014. O curso se destaca pela proposta inovadora e pioneira, pois é o primeiro mestrado com área de concentração em Direito da Regulação oferecido no país. A seguir os dados regulatórios e outras informações:

- Nome: Direito da Regulação;
- Código do curso: 31011012015P7;
- Área básica: Direito (60100001);
- Área de concentração: Direito da Regulação;
- Nível: Mestrado;
- Vagas ofertadas: 25 vagas anuais;
- Modalidade: Presencial;
- Portaria de Reconhecimento: Portaria CAPES nº 942, de 16 de setembro de 2015;
- Coordenador: Fernando Angelo Ribeiro Leal;
- Local de oferta: Praia de Botafogo, nº 190 – 13º andar, Botafogo – Rio de Janeiro – RJ;
- Conceito do Curso: 4 (2018);
- Créditos em disciplinas para titulação: 21;
- Créditos em Trabalho de Conclusão para titulação: 4;
- Outros créditos para titulação: 5.

Para acesso ao curso, o candidato deve inscrever-se no processo seletivo anual, ser aprovado e classificado no Exame de Seleção que é constituído por três etapas: 1ª) Prova de Língua Inglesa; 2ª) Prova de Escrita e de Conhecimentos Específicos (em língua portuguesa); e 3ª) Análise Documental (Currículo *Lattes*, Histórico Escolar e Cartas de Recomendação), Análise do pré-projeto e Entrevista com a Comissão de Seleção. Embora o número de vagas seja de 25 anuais,



que serão preenchidos conforme critério de classificação dos candidatos, a FGV Direito Rio não se compromete a preencher o total de vagas.

As atividades de ensino do Programa de Mestrado são exclusivamente presenciais, mas que poderão se valer de ferramentas/recursos tecnológicos administrados pelo FGV Online, realizando assim a sua articulação com a modalidade a distância, bem como a incorporação de recursos tecnológicos. Nesse caso, porém, os alunos terão apenas a oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos livremente em certas áreas, já que essas atividades não possibilitarão o cômputo de créditos.

No caso de oferecimento de disciplinas entre PPGDs, será sempre incentivada a realização de encontros presenciais. Não se descarta, porém, a possibilidade de interações por videoconferência, especialmente na hipótese de realização de cursos em parceria com instituições estrangeiras.



8. Políticas de Atendimento aos Discentes

A FGV Direito Rio mantém diferentes canais de acolhimento das demandas discentes com o intuito de minimizar as inquietações naturais aos que ingressam no ensino superior, criando melhores condições pedagógicas para seu amadurecimento e aproveitamento intelectual e orientar o aluno que busca ajuda para seus conflitos e dificuldades socioemocionais.

Com relação aos processos de admissão e registro dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, a FGV Direito Rio conta com a Secretaria de Registro Acadêmico (SRA) e as secretarias de atendimento ao aluno de cada uma das áreas. Na pós-graduação *lato sensu*, essa atividade é desempenhada pela equipe de divulgação e atendimento.

A SRA responde pelo registro dos dados relativos ao corpo docente e ao corpo discente dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* da Escola, bem como pelo fornecimento de informações e de apoio acadêmico a esses corpos docente e discente, observando o disposto no Regimento, nas normas estabelecidas pela Instituição e nos critérios exigidos pela legislação brasileira de ensino superior.

A área de Atendimento ao Aluno da pós-graduação *lato sensu* realiza as demandas administrativas dos discentes desde a efetivação da matrícula até a emissão do certificado de conclusão de curso.

Os alunos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito contam com uma equipe exclusiva de atendimento para solução de questões, solicitações, críticas e sugestões. O atendimento exclusivo é extensivo ao corpo docente dos cursos de direito em todas as necessidades, desde a recepção até a infraestrutura tecnológica, disponibilizando equipamentos em cada aula, água na sala e etc.

Todos os procedimentos realizados pelo Atendimento ao Aluno estão de acordo com o Regulamento dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, com o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais e com o Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001.

Toda a documentação dos discentes é organizada dentro dos princípios de confidencialidade das informações e permanece em espaço reservado em nossas instalações em arquivo corrente (arquivo deslizante) durante a realização do curso.

Após o encerramento das atividades acadêmicas os documentos dos alunos são encaminhados para o Setor de Acervo Acadêmico da FGV para indexação e arquivamento de acordo com a tabela de temporalidade prevista estabelecida pelo MEC, em local específico para guarda do acervo documental.



Outro canal que o aluno dispõe para fazer suas ponderações e reclamações é a ouvidoria da FGV. O site (<http://portal.fgv.br/ouvidoria>) é de fácil acesso, com exigência de preenchimento de algumas informações. O uso da ouvidoria por parte dos discentes de Direito não é muito comum, visto que o próprio curso oferece diversos canais para os alunos externarem seus pensamentos e críticas.

8.1 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

O Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) atua de forma efetiva nos cursos de Graduação em Administração, Ciências Sociais, Economia, Licenciatura em História e Matemática Aplicada e Direito Rio.

A equipe do NAP, que acompanha o aluno desde o momento de seu ingresso no curso até a sua conclusão, é composta por profissionais pós-graduados na área de educação em diversos campos da pedagogia e psicopedagogia.

O acompanhamento da vida acadêmica do aluno por meio do contato pessoal visa minimizar as inquietações naturais de jovens que ingressam no ensino superior, criando melhores condições pedagógicas para seu amadurecimento emocional e aproveitamento intelectual. Além disso, o Núcleo adota uma postura ativa de busca das manifestações dos alunos sobre sua experiência ao longo das atividades acadêmicas, suas dúvidas, sugestões e necessidades especiais.

O NAP conta com uma equipe composta por cinco profissionais dedicadas e qualificadas para o exercício da função e uma coordenação responsável pelas atividades realizadas pelo setor especializada em atendimento didático-pedagógico e psicopedagógico.

No que tange ao apoio financeiro aos discentes, a FGV Direito Rio estruturou uma comissão de bolsas cujo objetivo é regulamentar a concessão e a renovação de bolsas de estudo e isenção de pagamento dos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* da instituição. O princípio norteador da análise da comissão é uma avaliação do histórico socioeconômico do aluno. A partir dessa análise, a comissão de bolsas oferece apoio financeiro parcial ou total no que tange, isentando os beneficiários do pagamento de mensalidades nos cursos mencionados. São oferecidas quatro modalidades de bolsa: (1) mérito; (2) restituível; e (3) demanda social.

As bolsas por mérito são oferecidas aos primeiros colocados do vestibular do curso de graduação, assim como aos casos de destaque dentro dos processos de transferência interna. As bolsas de caráter restituível são oferecidas como forma de financiamento estudantil aos alunos que demonstram bom rendimento acadêmico e/ou necessidades econômico-financeiras.



A Escola ainda oferece bolsas de pesquisa para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em seus projetos de pesquisa, fortalecendo as sinergias entre as políticas de ensino e pesquisa dentro da instituição. No caso da pós-graduação *stricto sensu*, ainda são ofertadas bolsas de estudo da CAPES – taxas e auxílio financeiro – para a realização do curso.

8.2 Organização Estudantil

A FGV Direito Rio incentiva que seu corpo discente se mobilize para a proposição de soluções a problemas sociais e se organizem para que novas práticas se concretizem no enfrentamento destes. No início de cada ano letivo, o corpo estudantil da FGV se organiza para receber e amparar as escolhas pela formação oferecida por esta IES. Assim, promovem diferentes atividades de acolhimento do novo corpo discente que vão desde a apresentação dos espaços físicos e de convivência coletiva ao agenciamento de adesão e envolvimento de estudantes ingressantes nas questões sensíveis ao Centro Acadêmico Mario Machado (CAMM).

Atualmente, além do Centro Acadêmico, os alunos contam com um espaço periódico plural, livre e democrático, no qual estudantes apresentam e divulgam projetos e opiniões sobre temas atuais interessantes à juventude em formação e aos envolvidos no processo de formação. Essas atividades exploram o potencial acadêmico e humano do corpo discente com abordagens sobre artes, direito, política e a sociedade brasileira.

Existem ainda ações no que tange à representatividade de alunas e alunos em relação a participação em atividades esportivas da comunidade acadêmica da FGV Direito Rio - corpos discente, docente e técnico-administrativos no desenvolvimento de práticas de esporte e de vida saudável. As temáticas de gênero, com ações que debatem as questões de machismo, estimulam a denúncia de episódios de discriminação sexual por meio da manutenção de um canal de ouvidoria, assim como a consolidação de espaços para a discussão de temas como igualdade racial, inclusão e empreendedorismo.

Isto posto, a comunidade discente da FGV Direito Rio dispõe de espaço para construção de um debate público, promovendo a liberdade no confronto de ideias e privilegiando a diversidade de opinião, a pluralidade de pensamento e a liberdade de expressão.

8.3 Acompanhamento dos Egressos

Com a formatura da primeira turma de alunos da FGV Direito Rio no final de 2009, o setor de Estágio e Colocação Profissional ficou incumbido de manter contato com ex-alunos do curso de graduação e mestrado da FGV Direito Rio com o intuito de coletar informações atualizadas relativas a contatos pessoais e colocação profissional.



A Escola observa sua política de acompanhamento dos egressos por meio do projeto Alumni. A plataforma tem como objetivo o contato e a troca de conhecimentos entre toda a comunidade da FGV Direito Rio, permitindo ainda que os egressos possam compartilhar experiências e conquistas, divulgar projetos e propor parcerias. Por outro lado, a Escola oferece uma série de cursos, desde Educação Continuada, até LL.M e Mestrado, sempre contribuindo para a formação acadêmica e o crescimento profissional de cada um.

O objetivo geral é estabelecer um relacionamento contínuo com os egressos para incrementar a missão principal da Escola, que é a formação de futuras lideranças jurídicas. Mais especificamente, o acompanhamento de egressos visa a: (a) identificar o índice de satisfação dos profissionais formados pela Instituição; (b) o grau de compatibilidade entre a sua formação e as demandas da sociedade e do mundo do trabalho e as suas expectativas quanto à formação profissional continuada; (c) avaliar o desempenho institucional, por meio do acompanhamento da situação profissional dos egressos; (d) manter registros atualizados de alunos egressos; (e) avaliar o desempenho da instituição, através da pesquisa de satisfação do formando e do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos; e (f) proporcionar encontros entre os egressos, com atividades programadas de integração.

Para além disso, a FGV Direito Rio organiza eventos sobre temas de interesse, promove reuniões periódicas com toda a comunidade e oferece benefícios exclusivos aos seus membros.

A Escola também incentiva a atuação dos ex-alunos em eventos oficiais, tais como palestras de orientação profissional; monitoria em preparações para competições internacionais e participações em comitês e reuniões estratégicas da FGV Direito Rio. Além desse apoio, a Escola procura manter atualizado o cadastro de alunos graduados e titulados, bem como as informações sobre a colocação profissional desses egressos.

A FGV Direito Rio, em reconhecimento à importância dos egressos em suas atividades, lançou o programa Embaixadores FGV Direito Rio, que tem como objetivo estreitar a conexão entre a Escola e Universidades internacionais de destaque ao redor do mundo. Os embaixadores são alunos e ex-alunos convidados pela Escola a participarem do programa por um ano, podendo prorrogar tal período por igual prazo. São selecionadas pessoas que tenham tido uma experiência internacional proveitosa; que tenham fluência em línguas estrangeiras; e um histórico escolar interessante sob o ponto de vista da representação da Escola para o exterior.

Dentre as atividades que serão desempenhadas pelos Embaixadores, destacamos:

- Auxiliar professores (as) e pesquisadores (as) da FGV Direito Rio na realização de parcerias e atividades com a universidade em questão;
- Auxiliar na organização, recepção e acompanhamento de visitas de professores (as) da universidade em questão e vice-versa;



- Contribuir com feedbacks e participação em bancas sobre possíveis candidaturas de alunos (as) da FGV Direito Rio nos programas em questão;
- Auxiliar os alunos intercambistas na FGV Direito Rio oriundos das universidades em questão;
- Difundir as pesquisas e atividades realizadas pela Escola de Direito Rio junto aos seus contatos nacionais e internacionais;
- Apoiar o contato com sua base local para a prospecção de ações junto a universidade em questão, em monitoramento constante de possíveis novas ações conjuntas;
- Atuar de forma colaborativa com os demais embaixadores (as), fomentando a troca de experiências entre universidades.

O acompanhamento dos egressos, em última instância, possibilita a análise dos objetivos da instituição em relação ao bem público que se projeta na missão institucional, pois permite saber qual é a contribuição efetiva da Escola para a sociedade brasileira.

8.4 Portadores de Deficiências

A FGV Direito Rio assegura os direitos estabelecidos nas Leis nº 10.048/2000, nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5296/2004 que as regulamentam. Nesse sentido, a FGV Direito Rio dispõe de infraestrutura e serviços destinados ao público com deficiência física e visual pelas suas instalações.

A Escola possui instalações físicas no 8º, 9º e 13º andar que são adequadas para a livre circulação de indivíduos com deficiência física. Existe amplo espaço para a livre circulação, com elevadores que possibilitam o acesso do público à Escola e entradas especiais para a circulação de cadeira de rodas nas entradas e acessos do Edifício Sede. Aos portadores de deficiência visual, existem placas de identificação em braile nas salas de aula, corredores e banheiros.

No que tange aos deficientes auditivos, a FGV Direito está capacitando os seus funcionários mediante um curso de Libras. O curso de Libras On-line propõe ao cursista obter conhecimento sobre perda auditiva, suas causas, prevenções e classificações. A abordagem visa fazer uma curta análise dos aspectos psicológico, pessoal, familiar e social do indivíduo surdo por meio de sua língua e identidade. A partir disso, propõe refletir, em síntese, sobre a história pedagógica e educacional dos surdos no mundo e no Brasil, suas entidades, associações, federações, as leis referentes à educação, a questão do profissional tradutor e intérprete de língua de sinais e da educação bilíngue do surdo. Pretende, por fim, apresentar a estrutura e a gramática da Língua Brasileira de Sinais – Libras – e seus contextos nas diversas situações de comunicação, de modo a alcançar essencialmente o aprendizado básico do vocabulário da Libras.



Em relação aos transtornos do espectro autista, a FGV Direito Rio assegura os direitos estabelecidos na Lei nº 12.764/2012 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, atendendo aos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) e ao propósito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (ONU/2006). Conforme dispõe a lei, a formação inicial e continuada deve subsidiar os profissionais que estão dentro do espectro do transtorno autista visando a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho – não obstante, atendendo também o princípio da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, cuja finalidade é assegurar o acesso à educação em todos os níveis, etapas e modalidades, promovendo as condições para sua inserção educacional, profissional e social.



9. Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas

A Fundação Getulio Vargas está sediada no prédio localizado na Praia de Botafogo, 190, na cidade do Rio de Janeiro. Ainda no Rio de Janeiro, possui as seguintes instalações prediais:

- Centro Cultural FGV: localizado na Praia de Botafogo, 186, abriga a Biblioteca Mario Henrique Simonsen;
- Edifício Professor Eugênio Gudín Filho: na Rua Barão de Itambi, 60 – Botafogo, Rio de Janeiro, abriga o Instituto Brasileiro de Economia – IBRE e o Instituto de Desenvolvimento Educacional FGV Management – IDE;
- Casa Acervo CPDOC: localizada na Rua Jornalista Orlando Dantas, 60 – Botafogo, Rio de Janeiro, abriga a Escola de Ciências Sociais;
- Edifício Octávio Gouvêa de Bulhões: na Rua da Candelária, 60 – Centro, Rio de Janeiro, abriga o IDE – Instituto de Desenvolvimento Educacional;
- Editora FGV: na Rua Jornalista Orlando Dantas, 37 – Botafogo, Rio de Janeiro;
- Edifício Roberto Campos: localizado na Rua Jornalista Orlando Dantas, 30 – Botafogo, Rio de Janeiro, abriga a EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas;
- Centro Empresarial Mario Henrique Simonsen – CEHMS: está localizado na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 3434, Bloco I – Térreo e 2º andar, abriga o IDE – Instituto de Desenvolvimento Educacional;
- Edifício Darke: na Avenida Treze de Maio, 23 – Centro, Rio de Janeiro, abriga o IBRE e o IDE.

Todas as instalações são adequadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e atende às condições de segurança, conforto, acessibilidade e conservação.

Dentro deste rol de edifícios e instalações da Fundação Getulio Vargas, a FGV Direito Rio está sediada no prédio da Praia de Botafogo, 190, onde ocupa 3 pavimentos, sendo estes o 8º, o 9º e o 13º andar, além de salas de apoio de informática no 4º e 10º andares. Fora da sede, possui instalações no Edifício Octávio Gouvêa de Bulhões, na Rua da Candelária, 60, onde realiza atividades relacionadas aos cursos de pós-graduação.

9.1 Recursos Tecnológicos e Audiovisual

A Fundação Getulio Vargas possui um departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC que oferece todo o apoio necessário relativo a recursos e serviços, através de portal próprio



ou por ramal interno, a todos os departamentos da FGV Direito Rio, o que inclui seus setores administrativos e comunidade acadêmica, bem como atende as outras escolas da FGV.

A TIC é responsável por realizar a recuperação de dados (backup) das estações de trabalho, planos contingencial e emergencial de preservação e recuperação de dados em rede dispositivos de redundância. Além de tirar dúvidas sobre a utilização dos equipamentos disponibilizados a comunidade acadêmica, também é responsável pela cotação e aquisição de novos hardwares e softwares, inclusive para planos de expansão, instalação, desinstalação, substituição, remanejamento e empréstimos de equipamentos, acesso, segurança da informação, criação, alteração e exclusão de pastas na rede, contas de e-mail, acesso a rede intranet e rede sem fio, entre outros. Os serviços estão relacionados a seguir:

- Equipamentos de informática: Backup ou restauração de dados das estações de trabalho, dúvidas sobre utilização de equipamentos, compra, instalação. Empréstimo, substituição, remanejamento, desinstalação de equipamentos;
- Internet, conexões de rede e e-mail: Dúvidas sobre internet, conta de e-mail corporativa, e-mail docente e e-mail discente, criação, alteração ou exclusão de pasta na rede, criação, reset de senha ou exclusão a rede corporativa ou e-mail, acesso remoto à estação de trabalho, criação, alteração ou exclusão de listas de distribuição;
- Telefonia: Dúvidas, defeitos, instalação, substituição, remanejamento, transferências e agendamentos de chamadas via Skype (salas de aula e espaços internos destinados a eventos);
- Impressoras e scanners: configuração, limpeza, instalação, desinstalação, troca ou substituição de componentes (toner, grampo, troca de papel, etc.).

Além do setor administrativo, em todas as salas de aula da FGV Direito Rio os alunos e professores usufruem de conexões de rede e computador com acesso à Internet, *data show* e rede *wi-fi*. Com estes recursos, alunos e professores tem o acesso as contas de e-mail institucional, utilizados para comunicação de assuntos acadêmicos, acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ECLASS, uma ferramenta de gestão didática com acesso ao às plataformas acadêmicas Aluno Online, Docente Online.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem ECLASS, instrumento que facilita o ensino e aprendizagem, alunos e professores usufruem de fóruns online, chats e enquetes, compartilhamento de avisos e mensagens, além de gerenciamento de livros, acompanhamento do progresso dos alunos, programa de verificação de plágio, interação por web conferência e outras atividades.

Na plataforma Aluno Online, os discentes podem verificar suas notas e frequência nas disciplinas em que estão matriculados. Do outro lado, na plataforma Docente Online os docentes registram e publicam notas e frequência dos alunos, nas respectivas disciplinas que lecionam.



Além destes recursos e ferramentas, os alunos da FGV Direito Rio compartilham notícias acadêmicas variadas, editais de monitoria e transferência, cronogramas de palestras e eventos, e outras informações, em grupo próprio nas redes sociais.

A FGV Direito Rio também mantém, através de seu site institucional (direitorio.fgv.br), ampla e atualizada comunicação com a comunidade interna e externa, com informações sobre editais de processos seletivos, grade curricular e ementas das disciplinas, material didático, eventos, publicações de livros, informações sobre os centros de pesquisa, material institucional, notícias diversas e sobre cursos e programas da Escola de Direito.

Com esta estrutura de apoio, a FGV Direito Rio está preparada para atender as necessidades que possam surgir em função de ampliação de suas atividades, previstas em seu plano de desenvolvimento, e também as necessidades apontadas pela avaliação interna, indicadas pela CPA, cujos resultados servirão de subsídio para orientação, alteração e correção de suas ações no plano de desenvolvimento.

9.2 Plano de Acessibilidade

Indo ao encontro de seu compromisso social, de solidariedade e cidadania, as instalações da FGV foram projetadas de forma a promover plenamente a execução das tarefas acadêmicas e administrativas. Neste contexto, a FGV Direito Rio utiliza instalações, equipamentos e recursos tecnológicos que garantem o pleno desenvolvimento das atividades de sua comunidade acadêmica, das áreas administrativas e de coordenação.

As salas de aula, instalações sanitárias, instalações administrativas, docentes e de coordenação de cursos são dimensionadas conforme espaço necessário ao trabalho individual e de equipes, e de acesso a portadores de necessidades especiais. Além de tratamento acústico, iluminação e climatização, as salas de aula e espaços de trabalho administrativo possuem itens de mobiliário dentro do padrão ergonômico, e os sanitários feminino e masculino estão em conformidade com a Lei de Acessibilidade (Lei Nº 10.098/2000), possuindo boxes destinados a portadores de necessidades especiais. Da mesma forma, os acessos ao prédio da FGV possuem rampas e catracas especiais para cadeirantes, elevadores com sinalização sonora e Braille para atendimento de pessoas cegas ou de visão limitada.

Além disso, a Biblioteca Mario Henrique Simonsen possui uma série de recursos tecnológicos em seu Ambiente de Acessibilidade e Tecnologia Assistida, que é uma iniciativa que evidencia o compromisso social, a solidariedade e especialmente o compromisso de cidadania, uma vez que atende não apenas a comunidade da FGV, mas também beneficia os demais segmentos da sociedade, realizando uma atividade de trabalho inclusivo.



9.3 Infraestrutura para o período de vigência do PDI

9.3.1 Instalações administrativas

A FGV Direito Rio possui instalações administrativas no 8º, 9º e 13º andares do edifício sede da FGV, na Praia de Botafogo, e também ocupa instalações do Edifício Octávio Gouvêa de Bulhões, na Rua da Candelária.

Nas suas instalações no edifício sede, estão lotadas todas as atividades do corpo técnico-administrativo, o que inclui também Diretoria, Coordenações de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu*, Núcleo de Prática Jurídica, Centros de Pesquisa, além de laboratórios e salas de aula. As instalações do Edifício Octávio Gouvêa de Bulhões são destinadas para as atividades da pós-graduação *lato sensu*.

Com apoio da TIC, todos os setores administrativos da FGV Direito Rio contam com equipamentos, serviços e recursos diferenciados de tecnologia da informação para execução de suas atividades, conforme já descrito em item anterior.

Além de atender as necessidades institucionais relacionadas a dimensão, quantidade, iluminação, acústica, ventilação, segurança e acessibilidade, guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, as instalações administrativas, bem como todas as demais instalações da FGV Direito Rio, passam por procedimentos de conservação e limpeza, como:

- Limpeza de aparelhos e instalações de ar condicionado: realizada a cada seis meses;
- Serviços de pintura: realizados semestralmente, conforme avaliação de necessidade, ou demanda;
- Lavagem de carpete: realizada bimestralmente;
- Manutenção de rede *wi-fi*: realizada mensalmente, ou conforme demanda;
- Limpeza geral: equipes de trabalho realizam serviço diário em todos os locais, e conforme demanda de cada setor.

Estes serviços de manutenção, conservação e limpeza são realizados por empresas terceirizadas. A empresa Araujo e Abreu S/A é responsável pela manutenção predial e a supervisão dos serviços realizada por dois engenheiros, efetivos, de seu quadro de funcionários. Os serviços de manutenção e limpeza dos sistemas de refrigeração predial são realizados pela empresa JAP Ltda.

Em relação a segurança das instalações, a FGV Direito Rio atende as normas de segurança de pessoas e equipamentos, sendo aprovada em vistoria do Corpo de Bombeiros. As instalações e áreas de circulação possuem placas de sinalização e luzes de emergência, extintores, portas corta fogo e escadas de saída de incêndio.



Neste contexto, periodicamente ocorre o treinamento para Brigada Voluntária da FGV. Neste treinamento, a FGV Direito Rio conta com 18 voluntários no total, disponibilizados por seus andares de trabalho, sendo: 6 voluntários no 8º andar; 1 voluntário no 9º andar; e 11 voluntários no 13º andar. Estes voluntários assistiram as aulas teóricas e fizeram planejamento de desfogo em caso de incêndio, por andar.

Existem serviços de vigilância e monitoramento nas áreas de circulação e áreas comuns, realizados por seguranças especializados e sistema de câmeras em circuito fechado de TV. O controle de acesso ao prédio é realizado por meio de cartões magnéticos, tanto por professores e funcionários, como pelos alunos. Os visitantes são fotografados na recepção e devem apresentar documentação de identidade, sendo que sua entrada só será permitida após confirmação do setor ao qual ele irá se dirigir. Após confirmação do setor, o visitante recebe um cartão magnético provisório para sua passagem pelas catracas de controle, e a liberação de sua saída se dá mediante o depósito deste cartão provisório em uma das catracas de controle.

9.3.2 Salas de aula

No intuito de proporcionar as melhores condições possíveis para o atendimento das aulas e atender as necessidades de todos os seus cursos, a FGV Direito Rio possui salas de aula de variados tipos e capacidades, tais como:

- Auditórios do tipo plenária para aulas dos períodos iniciais;
- Salas para grupos de trabalho e seminários, com mesas agrupáveis conforme a necessidade da atividade realizada;
- Sala com carteiras móveis, rearranjáveis para debates e discussões em pequenos grupos, ou discussões coletivas em círculo;
- Salas com mesas redondas e cadeiras para estudos de alunos, grupos de alunos, ou para grupos de estudos coordenados por professores, assistentes acadêmicos ou pesquisadores.

Além destas salas, a FGV Direito Rio disponibiliza salas exclusivas para o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, localizadas nos 8º e 9º andares, para as atividades de docência e pesquisa, contendo computador remoto com sistema de projeção e conexão à internet.

Em conformidade com o previsto nos PDIs vigentes em períodos anteriores, a FGV Direito Rio ampliou o número de salas de aula e de auditórios, de acordo com o crescimento e avanço dos cursos, e respectivas turmas, nos semestres e anos subsequentes, e pretende manter esta filosofia conforme surgirem demandas ou previsão de crescimento e abertura de novos cursos.

Todas as salas de aula da FGV Direito Rio foram projetadas para atender, com elevada qualidade, as atividades de ensino no tocante a quantidade, dimensão, mobiliário, limpeza, iluminação,



acústica, ventilação, refrigeração de ar, segurança, acessibilidade, manutenção e conservação. Além disso, todos os espaços contam com a existência de recursos tecnológicos diferenciados como tela retrátil para projeção multimídia, com controle remoto, sistema de som, microfone de lapela, microcomputador com acesso à internet para uso do professor, e sistema de rede *wi-fi*.

9.3.3 Auditórios

A FGV Direito Rio possui auditórios de médio porte e outro com maior capacidade e dimensão, sendo capaz de sediar eventos de grande porte, localizado no 12º andar. Ainda possui outros auditórios de menor porte que são utilizados como sala de aula dos períodos iniciais, nos 8º e 9º andares.

Todos os auditórios disponíveis são equipados com mobiliário, pontos elétricos para instalação de laptops, recursos tecnológicos para videoconferência, tela retrátil para projeção e recursos multimídia, com controle remoto, sistema de som, microfone de lapela, microcomputador com acesso à internet para uso do professor, e sistema de rede *wi-fi*.

Além dos equipamentos, os auditórios atendem as necessidades dos cursos da FGV Direito Rio em relação a dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, refrigeração de ar, segurança, acessibilidade e conservação.

9.3.4 Sala de professores

A sala dos professores da FGV Direito Rio conta com ambiente climatizado e possui mobiliário suficiente para receber os docentes, com mesas, cadeiras, armário com escaninho, quadro de avisos, estações de trabalho com computador com acesso remoto a internet e a impressora no andar, e também recursos de sistema de *conference call*.

Além da sala dos professores, outra sala também está disponível aos professores para reuniões de equipe, grupos de pesquisa e atendimento a alunos da graduação e pós-graduação.

Todas estas instalações atendem às necessidades institucionais e encontram-se em condições ideais, conforme número de professores e usuários, em relação a limpeza, manutenção e conservação, iluminação, ventilação refrigeração, acessibilidade e recursos tecnológicos de forma a proporcionar qualidade no atendimento ao docente da FGV Direito Rio.

9.3.5 Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral – TI

Privilegiando o trabalho de seus professores que atuam em tempo integral, a FGV Direito Rio disponibiliza estações de trabalho, distribuídas em gabinetes individuais e climatizados, todos



localizados no 13º andar do edifício sede da FGV. Cada gabinete está equipado com uma ou duas estações de trabalho, telefone e estante para livros. As estações de trabalho são compostas por mesa com gaveteiro, computador com acesso remoto a internet e a um pool de impressoras localizadas em área comum. Todos os professores que acumulam atividades de docência com coordenação, ou direção, gozam de gabinete exclusivo, garantindo privacidade na utilização dos recursos disponíveis.

Em relação a qualidade dos gabinetes, estes possuem:

- Janelas que permitem iluminação natural e circulação de ar;
- Iluminação artificial projetada para as necessidades de trabalho;
- Tratamento acústico com paredes de *dry-wall* que absorve boa parte do som, reduzindo a transmissão de ruídos para dentro e para fora dos gabinetes;
- Portas de madeira com chave.

Assim, estas instalações estão projetadas para proporcionar conforto e qualidade de modo a atender as necessidades dos docentes em relação a utilização de recursos tecnológicos, a produção intelectual, planejamento didático-pedagógico, guarda de material e atendimento ao discentes e orientandos da FGV Direito Rio.

9.3.6 Espaços para atendimento aos discentes

Os espaços para atendimento ao aluno são estruturados de forma a possibilitar distintas formas de atendimento. Os atendimentos podem ser feitos em salas de uso individual e ainda uma sala de atendimento no Edifício Octávio Gouvêa de Bulhões, na Rua da Candelária. Os alunos têm ainda acesso a essas salas para atendimento e consulta aos docentes, e ainda podem se dirigir aos gabinetes individuais dos professores que atuam em tempo integral.

Estas salas de atendimento ao discente estão em conformidade com os requisitos de qualidade da instituição em relação a dimensão, iluminação, acústica, ventilação, refrigeração, segurança, acessibilidade, e passam periodicamente por procedimentos de limpeza, manutenção e conservação.

9.3.7 Espaços de convivência e de alimentação

Pensando no bem-estar de sua comunidade acadêmica e de seu corpo administrativo, atendendo as necessidades institucionais, a FGV Direito Rio oferece aos seus alunos, professores e funcionários, ampla estrutura de espaços de convivência e alimentação. Para isso, conta com ambientes confortáveis e climatizados, que atendem a critérios de acessibilidade, contendo: TVs,



mesas, cadeiras, poltronas e sofás; copas com mini refrigeradores e fornos de micro-ondas; e ainda máquinas de autosserviço de biscoitos, refrigerantes e café, situados no 8º e 9º andares.

Estes ambientes passam por procedimentos de limpeza diários, bem como, periodicamente, por procedimentos de conservação, manutenção e avaliação de necessidades de readequação ou reorganização.

Além da estrutura da FGV Direito Rio, a Fundação Getulio Vargas oferece aos professores, alunos e funcionários, restaurante e lanchonete internos, com ambiente climatizado, acomodações confortáveis, TV e espaço externo de convivência, com bancos e mesas além de variado serviço oferecido por estandes de alimentação.

9.3.8 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física e serviços

A FGV Direito Rio possui salas e laboratórios de informática no edifício sede da FGV. Estes laboratórios estão disponíveis para utilização de alunos, professores e pesquisadores. Além de recursos tecnológicos diferenciados, os laboratórios e salas de informática atendem as normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, portadores de necessidades especiais e mobilidade reduzida.

Todos são climatizados, equipados com computadores e impressoras, e passam por permanentes procedimentos de conservação e limpeza, como: serviços de pintura, limpeza de ar condicionado a cada seis meses, lavagem de carpete bimestral, manutenção mensal da rede *wi-fi* e limpeza diária.

Os usuários podem fazer uso de outros laboratórios dispostos em diferentes andares do edifício sede, o que proporciona e potencializa o intercâmbio e convivência com os alunos dos demais cursos da FGV.

Além dos laboratórios de informática, os alunos e professores contam com Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, que oferece oficinas e clínicas jurídicas, como a Prática Jurídica Simulada (oficina jurídica) e Prática Jurídica Real (clínica jurídica). O ambiente do NPJ também é equipado com computadores, impressora e rede *wi-fi*, mobiliário adequado às atividades didáticas, atendendo também aos critérios de acessibilidade e segurança.

Objetivando oferecer condições de ensino em alto nível, as instalações de laboratórios da FGV Direito Rio, no que se refere qualidade dos serviços, zelam pelo cuidado em dois aspectos: 1) Segurança de docentes, discentes e equipamentos; e 2) Serviços de apoio materiais e tecnológicos. Além dos já descritos anteriormente, no item 9.1 Recursos Tecnológicos e Audiovisual.



Dessa forma, no aspecto de segurança, as instalações e áreas comuns dos laboratórios e NPJ contêm extintores e sinalização de emergência, saídas, escadas de incêndio e áreas de circulação. Além disso, possuem sistema de segurança especializado, com câmeras de circuito fechado de TV, para monitoramento e vigilância nas áreas de circulação de pessoas, nos corredores de acesso aos laboratórios e nas salas de informática.

9.3.9 Infraestrutura física e tecnológica para CPA

Com objetivo de atender as demandas de espaço de trabalho adequado, reuniões periódicas de planejamento e acompanhamento de suas atividades, a Comissão Própria de Avaliação - CPA da FGV Direito Rio possui sala específica no 9º andar do edifício sede, equipada com mesa de trabalho, computador com acesso à internet e à rede interna da instituição, e armário para armazenamento de materiais de uso exclusivo dos membros da CPA. Dessa forma, são atendidas as necessidades institucionais de espaço adequado e tecnologias da informação a disposição dos membros da CPA.

As ações da CPA em relação aos setores administrativos e comunidade acadêmica da FGV Direito Rio são facilitadas pela utilização de recursos tecnológicos empregados, tanto para comunicação, como para implantação de metodologias, geração e avaliação de instrumentos de coleta de dados. A CPA também tem total acesso às listas institucionais mantidas no Outlook, como: alunos por período, alunos por ano de entrada, professores dor período, por regime de trabalho, entre outras; utilizando também seu endereço eletrônico específico: cpafgvdiretorio@fgv.br.

9.3.10 Biblioteca: infraestrutura física

A FGV mantém um conjunto de quatro bibliotecas, das quais a BMHS faz parte, incluindo as bibliotecas da FGV SP, FGV DF e Biblioteca Digital FGV.

A Biblioteca Mario Henrique Simonsen (BMHS), é uma das mais completas e importantes bibliotecas no Estado do Rio de Janeiro, possuindo relevante e tradicional acervo nas áreas de Administração, Ciências Políticas, Direito, Economia, Finanças, História do Brasil e Sociologia.

A BMHS possui estrutura organizacional própria, composta por Gerência, que é personificada na figura do(a) bibliotecário(a) chefe, Setor de Apoio Administrativo, Setor de Referência e Circulação, Setor de Processamento Técnico e Setor de Desenvolvimento de Coleções. Nestes setores estão disponibilizados um total de 28 funcionários entre bibliotecários, administrativos e estagiários.

Além disso, a BMHS possui:

- Regimento interno: no qual são definidos sua missão, finalidades, funcionamento, entre outros;



- Regulamento para atendimento e consulta: que descreve os procedimentos para acesso aos serviços;
- Normas: de preservação do acervo, de utilização das salas de estudo em grupo, dos serviços da caixa de devolução, do serviço de cópias, de empréstimo domiciliar, de guarda-volumes e de utilização do espaço físico;
- Plano de Contingência: que é o instrumento que fornece antecipadamente, informação necessária sobre os procedimentos a serem adotados em situações de emergência.

A estrutura física da BMHS apresenta espaço e acervo suficientes para traduzi-la em nível de excelência, relativa a capacidade de atendimento e qualidade em serviços oferecidos a comunidade acadêmica.

Suas instalações físicas ocupam uma área total de 2.166,50 m², distribuídos entre o 7º andar do Edifício Sede, sendo 652,25m² destinados apenas ao acervo, atendimento e consulta, e o Centro Cultural, onde o espaço para o acervo é de 616,07m². O restante do espaço é destinado a área do usuário, administração, circulação, hall e instalações sanitárias.

O acervo da BMHS conta com um total de 98.660 títulos e 213.744 exemplares, distribuídos entre livros impressos, livros eletrônicos, multimídia, teses e dissertações, gravações sonoras, além de 1.548 títulos de publicações periódicas com 80.303 fascículos em papel e eletrônicas. Para comportar este acervo, a BMHS disponibiliza uma área total de 1.268,32m², considerando a ocupação no 7º andar da sede e no Centro Cultural.

O setor administrativo da BMHS ocupa 131,17m², enquanto outros 767,01m² são ocupados como área de circulação e hall, instalações sanitárias, utilização dos usuários da BMHS, onde estão distribuídos 218 assentos, 58 computadores, salas de estudo em grupo, Ambiente de Acessibilidade e Tecnologia Assistida, sala de multimídia, sala de leitura, laboratório de informática, caixa de devolução de livros, guarda-volumes, e ainda telefone público e máquina de café.

9.3.11 Biblioteca: serviços e informatização

Toda a comunidade FGV tem acesso irrestrito ao acervo e aos serviços oferecidos pela BMHS, conforme descrito em sua missão, que é gerenciar a informação e o conhecimento, para dar suporte aos trabalhos desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas nas áreas de ensino e pesquisa, estendendo sua atuação à comunidade acadêmica em geral. Usuários externos podem ter acesso à biblioteca, porém devem apresentar documento de identificação e documento da instituição a qual estão vinculados.



Para desenvolver sua missão, a BMHS delimitou objetivos delineados em suas finalidades, que são:

- Adquirir, processar, conservar e disseminar o acervo bibliográfico da FGV;
- Dar suporte às pesquisas desenvolvidas pelo corpo discente e docente da FGV;
- Preservar a produção editorial da FGV.

Dessa forma, para atingir seus objetivos, a BMHS oferece os seguintes serviços a sua comunidade acadêmica:

- Em relação ao acervo: consulta local, empréstimo domiciliar, reserva, renovação de empréstimo, devolução, empréstimo entre bibliotecas, reserva de material e ainda comutação bibliográfica;
- Em relação a equipamentos e instalações: reserva e utilização de sala de multimídia, sala de leitura, sala de estudos em grupo, computadores, laboratório de informática, caixa de devolução de livros;
- Acesso a bases de dados: PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES, JSTOR, EBSCO, WEST LAW, HEINONLINE, VLEX, LEXIS NEXIS, INTERNATIONAL ENCYCLOPEDIA OF THE SOCIAL & BEHAVIORAL SCIENCE (SCIENCE DIRECT), PROQUEST DISSERTATIONS & THESES, THOMSON REUTERS, BLOOMBERG, ECONOMÁTICA, EMIS, BANKSCOPE, ORBIS, EUROMONITOR, S&P Capital IQ. EUROMONITOR;
- Serviço de cópias: a reprodução de material da BMHS está condicionada a Lei de Direito Autorais – LDA e é realizada por empresa terceirizada que presta serviços a FGV, atendendo a usuários da biblioteca, órgãos da FGV e usuários de outras localidades;
- Serviço de Orientação Bibliográfica: oferecido pelo Setor de Referência, orienta alunos da FGV em relação a normas de elaboração de referências bibliográficas em trabalhos acadêmicos, normas da ABNT e elaboração de ficha catalográfica;
- Ambiente de Acessibilidade e Tecnologia Assistida: possibilita e facilita a utilização de serviços da biblioteca a portadores de necessidades especiais, com limitações de mobilidade física, cadeirantes, deficientes visuais e de baixa visão.

Para gerenciamento de suas atividades, a BMHS utiliza ferramentas e recursos tecnológicos de informatização, possibilitando o acesso de seus usuários, via Web, aos mais diversos tipos de serviços disponibilizados.

Por meio de sua homepage (<http://sistema.bibliotecas-rj.fgv.br/>) os usuários têm acesso a todos os serviços relacionados ao acervo, e os serviços de empréstimo, consulta, reserva e renovação de empréstimos são possibilitados com auxílio do sistema de gerenciamento de Bibliotecas SOPHIA. Além disso, também são disponibilizados catálogo on-line, acervo acadêmico da FGV, a Biblioteca Digital FGV, acesso às diversas bases de dados assinadas pela Instituição, aos artigos do Portal de Periódicos CAPES, conteúdos de acesso aberto e ainda informações sobre todos os demais serviços oferecidos: empréstimo entre Bibliotecas; reserva de material; sala multimídia, TV, DVD,



videocassete, TV a cabo e computador; caixa de devolução de livros; rede wireless; levantamento bibliográfico; comutação bibliográfica; elaboração de ficha catalográfica; orientação quanto à normalização bibliográfica (normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT); serviço de reprografia, e ainda visitas orientadas e capacitação de usuários através de cursos, workshops e palestras.

Na homepage da BMHS, o usuário também irá encontrar os links de acesso a uma gama de informações da biblioteca, como regimento interno, regulamento de atendimento e consulta, normas de utilização, endereços e horários de funcionamento, Política de Desenvolvimento de Coleções, com os links para fazer sugestões de compras para o acervo, serviços de acessibilidade, e plano de contingência.

Além da homepage, a biblioteca mantém meios de comunicação com seus usuários através de caixa de sugestões, fale conosco, e-mail, telefones e por meio de redes sociais, onde também compartilha diversas informações.

O Ambiente de Acessibilidade e Tecnologia Assistida da BHMS disponibiliza duas mesas ergonômicas especiais para cadeirantes, equipadas com suporte para monitor multidirecional e suporte para livros multidirecional, computadores equipados com monitores de 23 polegadas, teclado ampliado e com softwares leitores de tela (DosVox, NVDA e JAWS) que se destinam a facilitar o acesso de deficientes visuais aos computadores. O espaço conta também com um Ampliador de Caracteres Automático (myReader 2) que amplia as letras, projeta e dá acessibilidade para quem tem baixa visão, Digitalizador e Leitor Autônomo (POET COMPACT2+) que transforma o texto impresso em voz, sem uso do computador, e **Sara CE**, em que basta colocar o papel e ele começa a ler, transforma o texto impresso em voz, sem uso do computador, reconhecendo o texto por câmera, e conexão USB para linha braile.

A Biblioteca Digital FGV – BD foi criada para promover visibilidade nacional e internacional da produção científica de sua comunidade acadêmica, bem como atender a recomendação MEC/CAPES de integrar os sistemas de informação de teses e dissertações em meio eletrônico de acesso aberto. A estrutura digital da BD é composta pelos:

- Repositório de Teses-Dissertações-Objetos Digitais (DSpace@FGV): onde estão textos, imagens, arquivos de áudio, vídeo ou qualquer outro conteúdo digital, organizado em comunidades que se dividem em subcomunidades e podem conter diversas coleções de documentos; e
- Repositório de Periódicos e Revistas da FGV (OJS@FGV): estão os periódicos científicos e revistas produzidos pela FGV, que são disponibilizados online com acesso aos textos completos dos artigos.



A BMHS é filiada ao Conselho Regional de Biblioteconomia – 7ª Região – CRB-7, à Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias – CBBU, participa de redes de trabalho cooperativo Bibliodata, CCN, COMUT, CLADEA (Centros de Informação do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração) e do grupo de Compartilhamento de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro – CBIES-RJ.

Indo além dos serviços e informatização oferecidos, a BMHS realiza, em parceria com os Diretórios Acadêmicos e a Editora FGV, campanhas de preservação do acervo, com exposição dos livros danificados, Trote Solidário, em que os calouros apagam os rabiscos nos livros da biblioteca, objetivando, assim, conscientizar os alunos sobre a preservação do acervo e criar maior integração entre os alunos de todos os cursos e a BMHS. Promove também a Feira de Troca de Livros, uma iniciativa de incentivo à leitura, onde o usuário leva um livro que não utiliza mais e troca por outro de seu interesse. Realiza Campanhas de Natal, em que o aluno doa livros infantis e tem sua multa da BMHS abonada. Os livros infantis são doados a instituições carentes da Comunidade.

9.3.12 Biblioteca: plano de atualização de acervo

A BMHS tem seu acervo renovado conforme instrumento denominado Política de Desenvolvimento de Coleções, que é o conjunto de atividades caracterizadas por um processo decisório para determinar o que adquirir, manter ou descartar, garantindo a consistência e permanência do processo de desenvolvimento de coleções. Ou seja, é importante para desencadear o processo de formação, crescimento e atualização de seu acervo. Este instrumento está disponibilizado para consulta na página eletrônica da biblioteca, e nele estão descritos os seguintes critérios para atualização do acervo:

1) Publicações impressas ou digitais:

- Sugestões de compra de publicações impressas ou digitais recebidas de professores, coordenadores de cursos, alunos, pesquisadores e funcionários que tenham vínculo profissional ou acadêmico com a FGV, desde que relevantes às áreas de interesse da instituição;
- Acompanhamento dos lançamentos editoriais nos mercados interno e externo dentro das áreas de interesse da FGV;
- Acompanhamento dos programas de cursos oferecidos pela FGV;
- Acompanhamento semanal das reservas para empréstimos do material bibliográfico;
- Revisão do material bibliográfico feita por professores, dentro de suas áreas de atuação, para que se efetue o descarte de obras obsoletas e/ou aquisição de novas publicações.



2) Publicações periódicas:

- Sugestões recebidas de professores, coordenadores de cursos, pesquisadores e funcionários que tenham vínculo profissional ou acadêmico com a FGV, desde que relevantes às áreas de interesse da instituição;
- Renovações anuais dos periódicos impressos e eletrônicos, após a análise das estatísticas de consulta e empréstimos, bem como das avaliações realizadas por especialistas das áreas cobertas por esses periódicos.

Para que a comunidade acadêmica ou funcionários com vínculo profissional ou acadêmico com a FGV façam sugestões de compras, a BMHS disponibiliza uma página (<http://sistema.bibliotecas-rj.fgv.br/bmhs-politica-atualizacao-acervo>) que contém as informações básicas e os links de acesso onde estes podem realizar suas indicações de novas obras, sejam elas impressas ou em meio digital.

Uma vez realizada a sugestão, em até 5 dias úteis se inicia o processo de avaliação que pode culminar em aprovação ou recusa de aquisição, conforme regras, critérios e prioridades estabelecidas na Política de Desenvolvimento de Coleções.

9.3.13 Salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente

As salas de apoio a informática da FGV Direito Rio estão localizadas em três andares do edifício sede, sendo uma sala no 4º, uma no 10º e outra no 13º andar. Estas salas servem de suporte a professores e alunos dos cursos de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, para o uso dos laboratórios, de computadores nas salas de aula, utilização e acesso às redes internas e redes *wi-fi*, atualização de softwares, eventos internos como palestras e aulas especiais, onde são necessários recursos de mídia (som, projetor, Datashow), bem como ficam responsáveis pela manutenção dos equipamentos. Para este suporte, estão disponíveis um total de 14 técnicos distribuídos nos três andares onde as salas de apoio estão localizadas, no horário das 7h às 23h.

Para proporcionar qualidade no suporte, as salas de apoio contam com recursos de tecnologia da informação, espaço físico adequado, acessibilidade, equipamentos de segurança e passam por serviços de limpeza e manutenção periódicos.

9.3.14 Instalações sanitárias

As instalações sanitárias da FGV Direito Rio são constituídas por 13 banheiros, sendo 6 femininos, 6 masculinos e 1 unissex, distribuídos nos 3 andares que ocupa. Tanto os banheiros femininos, quanto os masculinos, estão equipados com boxes para pessoas portadoras de necessidades especiais, e estão em conformidade com as normas de acessibilidade referente a dimensão,



segurança, área de transferência e existência de barras de apoio, entre outros itens, incluindo ambiente familiar com fraldário.

Estas instalações passam por procedimentos diários de serviço de limpeza e higienização, realizados por empresa terceirizada, garantindo assim que estejam sempre em condições de utilização pelo corpo administrativo, bem como pela comunidade acadêmica, atendendo aos critérios de conservação e limpeza.

Importante notar que, no que tange a atualização dos equipamentos de informática, a FGV Direito Rio tem se estruturado com um planejamento específico para aquisição e troca de matérias, por meio de um Plano de Expansão e Atualização desses equipamentos. Nesse sentido, a Escola observa as necessidades de atualização por meio de indicadores mensuráveis e metas de análise para garantir as ações contidas no plano.

